

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GEOGRAFIA SOCIAL DA MORTE: UMA ANÁLISE ESPACIAL DO
CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO
ALEGRE (1850)

Pedro von Mengden Meirelles

Porto Alegre
2010

PEDRO VON MENGDEN MEIRELLES

GEOGRAFIA SOCIAL DA MORTE: UMA ANÁLISE ESPACIAL DO
CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO
ALEGRE (1850)

Monografia de conclusão de curso apresentada como
requisito para a obtenção do título de Bacharel em
História pelo Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof^a Dra Adriana Schmidt Dias

Porto Alegre
2010

Pedro von Mengden Meirelles

**Geografia Social da Morte: Uma análise espacial do Cemitério da Santa Casa de
Misericórdia de Porto Alegre (1850)**

Monografia apresentada ao curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel
em História.

Adriana Schmidt Dias – (Orientadora) – UFRGS

Sílvia Moehlecke Copé – UFRGS

Alberto Tavares Duarte de Oliveira - FAPA

Porto Alegre, 6 de Dezembro de 2010.

*“Um cemitério normalmente não é democrático;
no entanto, a morte é a grande democracia e cada um dos mortos
tinha uma voz e uma opinião”.*

Neil Gaiman – O livro do Cemitério

Aos meus mortos; em especial à Letty Torelly Bastos, pela inspiração.

Resumo

A chamada “Revolução Cemiterial” atingiu Porto Alegre em 1850, quando a cidade inaugurou o seu primeiro cemitério extramuros. Motivada pelas novas diretrizes burguesas de urbanismo e higiene pública, a dita reforma já havia se espalhado por todo o ocidente católico, gerando revoltas em alguns locais. Os revoltosos atribuíam aos novos cemitérios um caráter profano, pois não eram mais administrados pelo clero, em oposição à tradição. Graças a este fato, as necrópoles extra-urbe seriam profanas, e prejudicariam a ascensão da alma. Em Porto Alegre, diferente do que ocorreu em Salvador, por exemplo, a inauguração do novo espaço se deu em brancas nuvens. Nesta monografia analiso o porque desta paz, atribuindo à geografia social da morte, conceito que relaciona o local da sepultura como um indicativo do estrato social do morto, um papel fundamental no processo.

Palavras-chave: Revolução Cemiterial. Porto Alegre oitocentista. Geografia Social da Morte. Espaço funerário.

Abstract

The called "Cemeterial Revolution" reached Porto Alegre in 1850, when the city opened its first extramural cemetery. Motivated by the new bourgeois guidelines of urbanism and public health, the said reform had already spread throughout the western catholic world, causing riots in some places. To the new cemetery is given a profane character by the rebels once they were no longer administered by the clergy, in opposition to the tradition. Thanks to this fact, the necropolis outside the city would be profane, and could undermine the ascension of the soul. In Porto Alegre, unlike what occurred in Salvador, for example, the inauguration of the new space occurred without conflict. This monograph analyzes why this peace occurred, giving to the social geography of death, a concept that relates the grave site as an indicator of social status of the deceased, a key role in the process.

Key-words: Funerary Revolution. Porto Alegre in the eighteen hundred. Social Geography of Death. Funerary Space.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Adriana Schmidt Dias por todo o trabalho que fizemos juntos nestes últimos seis anos e pela possibilidade de iniciar uma pesquisa tão diferente do que vinha até então executando;

Aos colegas de laboratório, amigos de todo esse tempo, pelo companheirismo em momentos de risadas ou de tensão, nas horas de campo, nas de mutirão, e nas de sossego;

Aos colegas e amigos de turma, em especial, Carlos Quadros, Marcelo Scarparo e Leonardo Azevedo, por tornarem a graduação um tanto mais prazerosa;

Aos professores Silvia Cope, Fábio Kuhn e Benito Schmidt agradeço pelas sugestões, comentários e críticas dados após a leitura do projeto, pelas indicações de bibliografia e eventos, e por estarem sempre disponíveis quando precisei; Aos “colegas de temática” Zely Company, Eduardo Peruzzo, e Marcus Carvalho, obrigado pelas longas conversas e empréstimo de livros. À Zely, em especial, agradeço pela doação de materiais usados em seus trabalhos, o que me poupou um tempo precioso;

À Administração do Cemitério da Santa Casa, em especial ao Roque, pela ajuda valiosa;

À professora Mara do Nascimento, que apesar do contato informal e do pouco tempo que tivemos para conversar, foi de grande importância para a construção de minhas hipóteses. Espero que troquemos ainda muitas idéias;

Às equipes dos arquivos e museus visitados nesta pesquisa, pelo auxílio na busca das fontes e pelas conversas;

À Débora, Michel e Waltraud, por me devolverem o fôlego perdido;

Ao meu avô, José Francisco de Andrade Neves Meirelles, responsável por grande parte dos livros utilizados nesta pesquisa;

À minha família, por tudo.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1	
1.1 “Os mártires cuidarão de nós” – A morte domada (séculos V a XVII.	4
1.2 Exílio dos mortos: O cemitério extra-urbe (Fins do século XVIII)	15
Capítulo 2	
2.1 As praças pertencem aos mortos: os primeiros cemitérios de Porto Alegre (1725 – 1793)	20
2.2 Recheio de igreja é defunto: sepultamentos <i>ad sanctos</i> em Porto Alegre (1793 – 1850)	28
Capítulo 3	
3.1 A Misericórdia acolhe os mortos: cemitério extramuros em Porto Alegre (1850)	36
3.2 Primeiros usos do espaço: os mortos de 1850 e 1851	50
Capítulo 4	
4.1 Geografia Social da Morte: A Planta do Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre nos anos de 1850 e 1851	58
Conclusão	69
Fontes	74
Bibliografia	76

Introdução

“O que leva quase trinta pessoas a comparecer, em um sábado ensolarado pela manhã, a um cemitério?” Foi com esta pergunta que a pesquisadora Luiza Neitzke de Carvalho abriu o Fórum Arte Funerária e Patrimônio de Porto Alegre realizado em 17 de agosto de 2010. Luiza se referia às visitas guiadas realizadas por ela aos cemitérios da Santa Casa e São Miguel e Almas, dentro do programa “Viva o Centro a pé”. A popularidade atingida pelo evento, em mais de uma edição, chama atenção para a retomada de interesse que os cemitérios tem gerado.

Desde a publicação do livro de João José Reis, em 1994, passando pelos trabalhos de Cláudia Rodrigues (1997; 2005); Harry Bellomo (2000); Renato Cymbalista (2002); Livia Sorio (2009); Juliana Schmitt (2010); ou pela tese de Mara do Nascimento (2006) e pela dissertação de Mauro Dillman Tavares (2007), só para citar alguns recentes exemplos, as produções brasileiras em história, arquitetura ou cultura material tem sido invadidas, cada vez mais, pela temática da morte e do espaço funerário.

A retomada desta temática se reflete também fora da Academia, como nas acima citadas visitas aos cemitérios da cidade, com o intuito de conhecer um pouco mais os segredos destes espaços que só são tradicionalmente visitados no dia dos Finados, aniversários de mortes ou na ocasião dos sepultamentos. Cento e sessenta anos após o expurgo dos mortos das cidades, a população viva se volta para os cemitérios buscando encontrar algo mais além da rotina de morte e perda associada a estes espaços.

Apesar de não ser mais encontrar, na memória dos vivos, referencia aos enterramentos *ad sanctos*, faz muito pouco tempo que deixamos de sepultar nossos mortos no mesmo espaço ocupado pelos vivos. Porto Alegre encerrou este vínculo centenário em abril de 1850, quando a chamada Revolução Cemiterial atingiu a cidade, transferindo os mortos e os cemitérios para o lado de fora dos muros da povoação.

É sobre este contexto que tratará este trabalho. Mais precisamente, do modo como a população porto-alegrense interpretou as novas diretrizes higienistas e de planejamento urbano, e, partindo da tradição, construiu seu primeiro cemitério secularizado no Alto da Azenha.

Minha formação em arqueologia, estreando com este trabalho um enfoque mais voltado às questões históricas, me possibilitou um enfoque diferenciado com relação ao que

vinha sendo feito no ramo da história com relação às transformações cemiteriais do período abordado. Visualizando o cemitério como uma materialidade capaz de informar, a partir de olhares corretos, a complexa trama de relações sociais da Porto Alegre do século XIX, creio ter alcançado com este trabalho os objetivos previstos.

Diferentemente da bibliografia já citada que, quando aborda a temática dos cemitérios extra-urbe, quase sempre o faz a partir de critérios de descontinuidade e quebra com tradições anteriores (questão que pode ser visualizada pelo termo “revolução”, utilizado para caracterizar este processo), busquei, nesta monografia, mostrar que o primeiro cemitério secular de Porto Alegre, que deveria ser diferente de tudo que já havia sido feito em matéria de enterramentos, foi, na verdade, uma reconstituição fiel dos mesmos modelos funerários já praticados na cidade havia quase um século.

Para tal, busquei ilustrar, a partir de fontes documentais, relatos memorialistas e, quando existentes, descobertas arqueológicas, como era o local ocupado pelo morto desde o começo da ocupação branca no local em que se ergue hoje Porto Alegre, tanto na relação cemitério-cidade, quanto em relação aos demais mortos dentro do espaço funerário.

O espaço da sepultura era um dos requisitos básicos que todo cristão, até o século XVIII, deveria seguir para garantir que sua alma alcançasse o Paraíso. Tal doutrina, denominada de *boa morte*, ainda que comece a ficar ultrapassada em meados de 1750, influencia as crenças posteriores. O local do corpo morto, se não mais tem caráter santo, será vital para informar a sociedade quanto a posição social do falecido. O fio condutor que guia este trabalho é o local ocupado pelas sepulturas e o que esta informação pode dizer sobre o cadáver ali enterrado.

O trabalho se dividirá em quatro capítulos. No primeiro será discutida a bibliografia geral sobre as transformações no modo com que a morte e os mortos eram encarados pelos vivos ao longo dos últimos séculos, iniciando-se na Europa medieval com a origem das crenças de que associavam o local de enterramento às chances de salvação da alma, até o século XIX, quando os mortos passam a ser considerados ameaças à saúde e a inovação dos cemitérios externos à urbe se espalha pelo mundo cristão ocidental.

No capítulo dois faço uma revisão bibliográfica a respeito dos primeiros cemitérios de Porto Alegre e de como os primeiros habitantes da vila eram neles sepultados. Por se tratar de estruturas intimamente relacionadas ao entorno urbano, também comento a

respeito das transformações da cidade, de meados do século XVIII a meados do século XIX.

O terceiro capítulo, intitulado *A Misericórdia acolhe os mortos: cemitério extramuros em Porto Alegre (1850)*, se refere ao primeiro cemitério extramuros, fruto da reforma cemiterial na cidade, erigido pela irmandade da Santa Casa de Misericórdia. É analisada a conjuntura da abertura do cemitério; sua relação com a expansão urbana, e os problemas gerados na sociedade. Neste capítulo também constam os resultados da análise feita no Livro 1º de Óbitos Livres, referente aos 1030 cadáveres sepultados nos primeiros dois anos de funcionamento do novo cemitério.

O quarto e último capítulo encerra o trabalho com a retomada das discussões a respeito da íntima relação entre o local de sepultamento de um indivíduo e o local que este ocupava na sociedade quando vivo. A construção de uma planta, com a discriminação dos espaços funerários encontrados no novo cemitério, sublinha a importância de se usar o mapa social das necrópoles como ferramenta para a compreensão da sociedade da época.

Capítulo 1

1.1 “Os mártires cuidarão de nós” – A morte domada (séculos V a XVIII)

Para se compreender as transformações que ocorreram em Porto Alegre no ano de 1850 relacionadas às tradições de enterramento, que culminaram na abertura do cemitério extramuros gerenciado pela irmandade da Santa Casa de Misericórdia e que, a partir da postura municipal de 6 de abril do mesmo ano, proibiu que qualquer cadáver fosse enterrado dentro do núcleo urbano, é preciso olhar para trás, até o século V depois de Cristo, quando os primeiros sepultamentos eclesiásticos intra-urbe começaram.

Phillipe Ariès, historiador francês que foi um dos primeiros a se dedicar ao estudo das transformações de mentalidade a respeito da morte, informa que, na Antiguidade, os mortos eram temidos pelos vivos. O culto funerário servia para acalmar a alma do morto após o falecimento e impedir que ela voltasse para assombrar. Em Roma, a Lei das Doze Tábuas proibia sepultamentos dentro das muralhas da cidade, criando uma separação física entre vivos e mortos¹.

Esta situação começou a se alterar a partir do século V. Criou-se a crença, entre os cristãos, que os túmulos dos mártires da fé eram locais abençoados. Os fiéis passaram, então, a enterrar seus mortos próximos a estas sepulturas com o intuito de criar relações entre o cadáver de seus entes queridos com os ossos dos santos, a fim de que a santidade dos últimos protegessem as almas dos primeiros. Ariès cita São Máximo de Turim, bispo do século V, que explica esta crença:

Os mártires cuidarão de nós, enquanto vivemos com nossos corpos, e se encarregarão de nós quando tivermos deixado nossos corpos. No primeiro caso, impedem-nos de cair em pecado; no segundo protegem-nos do horrível inferno. Por isso nossos ancestrais cuidaram de associar nossos corpos à ossada dos mártires².

A Igreja, em uma tentativa de controlar este culto aos mortos que começava a se desenvolver, trouxe os ossos dos mártires para dentro dos templos religiosos, e os fiéis os seguiram. Não se sabe a data exata para o início desta prática, porém é certo que ainda no

¹ ARIÈS, Phillipe. *História da morte no Ocidente – da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, pg. 22.

² ARIÈS, op. cit., pg. 22-23.

século V iniciaram-se os enterramentos dentro das igrejas e em suas proximidades. Assim, os mortos penetravam no coração das cidades.

Com o enterro dos mortos nas igrejas cria-se uma tríade urbanística que se seguirá por toda a Idade Média e além, só se alterando a partir do século XVIII: Igreja – Cemitério – Praça pública. Diz Ariès que,

*na língua medieval, a palavra ‘igreja’ não designava apenas o edifício da igreja, mas todo o espaço que o cercava: para a tradição de Hainaut, a igreja paroichiale (paroquial) é assavoir la nef, clocher et chimiter (a saber, a nave, o campanário e o cemitério)*³.

Ou seja, o cemitério estava tão atrelado ao templo religioso que suas definições se confundiam. E junto à igreja paroquial sempre há uma praça. O coração da cidade eram estas três estruturas.

O fato de que a praça da vila se misturava ao cemitério não causava estranheza na população. Ariès denomina esta forma de encarar a morte de *morte domesticada*. Este conceito informa que os mortos estavam intimamente ligados à vida da sociedade viva. O próprio cemitério torna-se local “de encontro e de reunião (...), destinado ao comércio, à dança e aos jogos”⁴. Os vivos não temiam as ossadas que estavam sob seus pés, dançando, comprando, vendendo e conversando sobre elas. Quando iam à missa, se ajoelhavam sobre as lajes do piso que serviam de pedra tumular para os ossos abaixo delas.

É na Idade Média que se inicia a prática de separar os mortos de diferentes estratos sociais geograficamente, dentro do espaço cemiterial⁵. A igreja, como nas palavras de Hainaut, citado acima, dividia-se em três espaços: a nave, o campanário e o cemitério. A *nave* é o corpo da igreja, todo o seu espaço interno; o *campanário*, também conhecido como ‘torre sineira’ é a torre do sino; e o *cemitério*, que designava o local externo do edifício, também conhecido por ‘átrio’ ou ‘adro’⁶. Era o pátio retangular da igreja, cuja parede formava um dos quatro lados. O cemitério, desde esta época, passa a ser o local de enterro dos mais pobres⁷.

³ ARIÈS, op. cit., pg. 23

⁴ ARIÈS, op. cit., pg. 23

⁵ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SMC, 1997, pg. 225

⁶ ARIÈS, op. cit., pg. 23

⁷ RODRIGUES, op. cit., pg. 225

Não havia muita organização espacial nestes locais. O tipo de cova mais usada era a vala comum, onde dezenas de cadáveres eram amontoados e cobertos com cal virgem, para ajudar na decomposição dos tecidos moles. Caixões de madeira ainda não existiam, então o corpo era sepultado nestas valas apenas envoltos em sudários/mortalhas. Quando uma fossa estava cheia, era coberta com terra e outra era aberta. A noção de sepultura individual não existia, a morte era algo coletivo. Sendo assim, nenhum marco indicava o local de sepultamento de um indivíduo, mesmo que este não acabasse em uma vala comum. As covas eram rotativas: uma vez decomposta a carne, os ossos eram desenterrados e guardados no ossuário da igreja, anônimos, misturados uns aos outros, e o espaço seria reocupado por novos cadáveres⁸.

Com os ricos a situação era parecida, com a diferença do local: eram enterrados no corpo das igrejas, diretamente sob as pedras do piso. Nenhuma marcação era posta para indicar a identidade daqueles ossos. As inscrições tumulares, comuns na Antiguidade, só voltariam à tona no século XII, e apenas sobre ossos ilustres⁹. Com exceção desta diferenciação de lugares para ricos e pobres, não havia nenhuma outra distinção. O corpo não era visto como importante nestes primeiros anos da Idade Média, o que interessava era a salvação da alma, e, para isto, bastava que os ossos estivessem em terreno santo, junto ou dentro das igrejas¹⁰.

No início da Idade Média, a morte era vista com tranquilidade, na interpretação de Ariès, por ser o destino final da espécie humana. Todos morreriam, era um ato coletivo, não havia responsabilidade individual. Existia a crença de que, no momento do Apocalipse, Cristo ressurgiria e levaria os eleitos para o Paraíso, sem julgamentos ou condenações. Aqueles que estavam enterrados próximos aos santos (portanto, os católicos) seriam protegidos por estes, enquanto os maus (os pagãos), que não possuíam proteção dos mártires, seriam abandonados¹¹.

A partir do século XII há uma transformação nesta mentalidade. A idéia do despertar coletivo quase que desaparece e a ressurreição torna-se mais individual. O arcanjo São Miguel aparece na iconografia funerária ocupando a figura do juiz que avaliará as

⁸ ARIÈS, op. cit., pg. 24

⁹ ARIÈS, op. cit., pg. 36

¹⁰ ARIÈS, op. cit., pg. 25

¹¹ ARIÈS, op. cit., pg. 30

almas no Juízo Final. Espelhando um tribunal humano, Cristo, os santos e a Virgem se apresentam como a corte que irá interceder pelos que merecem o Paraíso¹².

Esta mudança acarretará no surgimento de uma prática que é vital para o entendimento das tradições funerárias dos séculos seguintes: a noção de que não bastava para o fiel levar uma boa vida, sem pecados, para alcançar a salvação eterna. Se o Juízo Final não mais seria uma realização coletiva no Fim dos Tempos, mas sim algo que ocorreria no momento do falecimento, quando este tribunal divino julgaria se a alma individual poderia ou não subir aos Céus, era necessário também ter uma *boa morte*¹³.

Cria-se a crença de que no momento da morte, no quarto do moribundo, a Virgem e os santos disputariam a alma do indivíduo com Satã e seus demônios. Deus, neste momento, oferece ao doente uma última prova de fé: toda a sua vida lhe seria narrada e cabia a ele se arrepender de seus atos e ir ao Paraíso ou repudiar o auxílio e descer ao Inferno¹⁴. Para se preparar para este instante, o mais importante de sua existência, o indivíduo deveria refletir sobre ele durante toda a vida. Nada melhor para entender a morte do que “morrer duas vezes”, refletindo sobre o seu instante final durante toda a vida.

Ainda no século XIII, um outro agente passa a se situar entre vivos e mortos: surgem as irmandades, associações de leigos que dividem com o clero a tarefa de rezar e interceder pelos mortos. Tais associações tomam para si a tarefa de acompanhar os cortejos fúnebres, enterrar seus irmãos, e rezar por suas almas. Conforme Mara Nascimento,

*Agindo como um verdadeiro exército de intercessores na terra, os confrades exerciam papel-chave de intermediação entre os homens e Deus, entre o Céu e a Terra, entre a Corte Celeste e os devotos, entre a Igreja e o rebanho de fiéis*¹⁵.

No século XV surgem ilustrações que mostravam este embate final pela alma, as chamadas *Artes Moriendi*. Ao se sentir “nas últimas”, o doente deveria ter estas ilustrações consigo para refletir sobre o que em breve veria. Altera-se um pouco a crença: é no

¹² ARIÈS, op. cit., pg. 30-31

¹³ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do Além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, pg. 52.

¹⁴ ARIÈS, op. cit., pg. 32

¹⁵ NASCIMENTO, Mara. *Irmandade Leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana séculos XVIII-XIX*. Tese de doutoramento. Porto Alegre: UFRGS, 2006, pg. 171

momento mais próximo da morte que é mais fácil se preparar para o julgamento¹⁶. Para isso é criada a *pedagogia do bem morrer*: manuais ensinando como ter uma morte decente começam a se difundir entre a população letrada, mas as noções do *bem morrer* atingem a todas camadas sociais¹⁷.

Além de uma vida regrada e cristã, a pedagogia da boa morte apontava três exigências básicas para o fiel ascender aos céus: a feitura do testamento, uma morte assistida e uma sepultura eclesiástica.

O testamento, surgido no século XIII, se apresentava como um instrumento de salvação da alma, pois garantia que o fiel acertasse todas as pendências que pudesse deixar em vida. A partir dele, heranças seriam deixadas, dívidas seriam pagas¹⁸ ou perdoadas, e filhos ilegítimos seriam reconhecidos. “Quem morria”, diz João José Reis, “cuidava tanto em preparar sua morte quanto em deixar arrumada, no que dele dependesse, a vida dos que lhe eram próximos”¹⁹. O testamento também serviria para que o moribundo deixasse escrito como queria que o seu funeral e enterro ocorressem, o tipo de caixão e mortalha que desejava usar, e o local de sua sepultura. O número e o tipo de missas que seriam rezadas em prol de sua alma imortal e a quantidade de esmolas que seriam dadas também constariam no testamento. Eram as últimas vontades do morto e também representavam o modo como este via a sua vida e morte. Embora só testasse aquele que tinha bens a deixar, o testamento era, neste momento, muito mais um documento de ostentação da fé católica²⁰ do que uma ferramenta jurídica de transmissão de legado.

Outro dos preceitos da boa morte dizia que esta não podia ser vivida na solidão. Assim como os vivos conviviam tranqüilamente com os mortos, com o moribundo o cuidado era dobrado. Questões de solidariedade para com o próximo e retribuição estavam envolvidas: uma alma que chegasse bem aos céus graças aos cuidados de seus

¹⁶ A presença das sepulturas junto às igrejas auxiliava neste ponto, pois o fiel era obrigado a frequentar o local dos mortos toda vez que comparecia à missa.

¹⁷ Para tal, ver a tese de Cláudia Rodrigues, onde a autora analisa a difusão da doutrina da *boa morte* entre todos os estratos sociais do Rio de Janeiro oitocentista.

¹⁸ “Pois ninguém pode entrar no Céu sem que primeiro restitua o alheio” Padre Queirós apud REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pg. 96

¹⁹ REIS, op. cit., pg. 93

²⁰ Os testamentos sempre iniciavam com uma afirmação da fé do indivíduo, informando que fora batizado e criado como verdadeiro cristão, que acreditava em um único Deus e na existência dos santos, pedindo intercessão destes para a salvação de sua alma imortal. Cláudia Rodrigues dedica o primeiro capítulo de sua tese, *Nas fronteiras do Além*, op. cit., à análise destes documentos.

parentes e amigos poderia interceder por eles junto a Deus e aos santos²¹. Ao primeiro sinal de que a doença piorava, amigos, familiares e vizinhos se reuniam a médicos e padres no quarto do doente, para rezar por sua alma. Era então oferecida a comunhão e a extrema-unção, esta representando um “empurrão final para fora da vida”²². A morte deve ser esperada no leito, pois é nele que a última provação se realizará. O papel dos familiares no quarto era rezar pelo bom término da batalha entre a Virgem e Satã, ao invés de deixar o moribundo lutar sozinho pela salvação de sua alma.

O auxílio ao morto não terminava no momento de sua morte. A dignidade de um bom enterro também era a garantia de um bom destino. O funeral representava a última aparição do cadáver na sociedade que este deixava para trás e, para isto, precisava estar bem arrumado²³. O corpo deveria ser lavado, perfumado e vestido assim como a casa ou a igreja deveria ser arrumada e iluminada (a luz das velas afastaria os demônios). Convites seriam distribuídos. Uma boa morte não seria só aquela que permitisse o salvamento da alma, mas também uma realização social. Funerais e enterros com pompa e muita gente eram um sinal de que o morto era bem quisto, bem como a indicação de muitas rezas. Os sobreviventes também eram encarregados de fazer cumprir as últimas vontades do morto, contidas no testamento.

Na saída da casa ou da igreja era feita, por um pároco, a Encomenda, última cerimônia de despedida do morto do espaço familiar, que encerrava os vínculos deste com este mundo. Na Bahia, os caixões começam a ganhar popularidade a partir da última década do século XVIII²⁴. Antes deles o corpo era transportado até a igreja em *tumbas*, suportes pesados para esquifes de madeira de lei, ou em *bangües*, versão ordinária, usados para os escravos. Ambos objetos eram monopólio da Santa Casa da Bahia, que os alugava para os diversos funerais. Foi a quebra desse monopólio, movimentada pelos escravos negros que alegavam a falta de dignidade com que eram transportados os seus irmãos, que auxiliou na popularização do caixão como meio de transporte do cadáver²⁵.

O funeral seria barulhento e movimentado, tal como era o quarto do moribundo. Caso pertencesse a alguma irmandade, esta estaria presente em peso. As irmandades eram o

²¹ REIS, op. cit., pg. 89

²² REIS, op. cit., pg. 103

²³ REIS, op. cit., pg. 89

²⁴ REIS, op. cit., pg. 149

²⁵ REIS, op. cit., pg. 149

principal veículo do catolicismo popular na colônia neste período. O culto aos santos praticamente se igualava ao culto divino, e era alvo de uma barganha simbólica que oferecia festas e rezas em troca de bençãos²⁶. Entre as principais atribuições de cada irmandade sempre estavam o auxílio a uma boa morte. Entre as irmandades mais poderosas em todas as cidades brasileiras estavam a do Santíssimo Sacramento, a Misericórdia e a São Miguel e Almas, todas bastante vinculadas ao universo fúnebre. A Santíssimo acompanhava o vigário à casa do moribundo para oferecer o sacramento da extrema-unção²⁷. A Misericórdia, que possuía entre seus irmãos os mais poderosos de cada cidade, se dedicava a auxiliar os que não tinham posses, tanto em vida como em morte, oferecendo sepulturas as pobres²⁸, a São Miguel existia para rezar pelas almas que se encontravam no Purgatório²⁹.

João José Reis³⁰ e Cláudia Rodrigues³¹ afirmam que o funeral barroco era uma verdadeira festa. Tradição européia que remonta ao século XVII na França, o costume foi trazido para as Américas pelos colonizadores. A cerimônia fúnebre era um ato muito mais voltado para os vivos do que para os mortos. Em uma sociedade em que as sepulturas não possuíam individualidade, a última chance da família para honrar a memória do falecido era realizar a cerimônia mais grandiosa possível. Ao mesmo tempo em que velas, música, procissões de pobres, presença de muitos padres, etc, eram estratégias para a salvação da alma, também custavam muito dinheiro. Um funeral caro era, consecutivamente, uma demonstração de prestígio sócio-econômico do morto e uma tentativa de acumular tantas benesses quanto possível.

No caminho do corpo até a igreja onde seria sepultado, os irmãos da confraria a qual pertencia o morto (poderia ser mais de uma) estariam todos presentes, vestidos com as roupas cerimoniais e carregando os estandartes do santo padroeiro. A roupa do pároco e dos sacerdotes que o acompanham também seria especial e colorida. Incenso seria queimado e teria velas, muitas velas. Muitas vezes, era solicitado que os pobres, miseráveis e doentes seguissem o cortejo e uma esmola seria dada a cada um ao final do enterro. O

²⁶ REIS, op. cit., pg. 59

²⁷ REIS, op. cit., pg. 104

²⁸ REIS, op. cit., pg. 51

²⁹ NASCIMENTO, op. cit., pg. 250

³⁰ REIS, op. cit., pg. 154

³¹ RODRIGUES, op. cit., 1997, pg. 217

acompanhamento dos miseráveis e suas rezas eram considerados especialmente benignos à alma do morto. Todos os detalhes deste cortejo deveriam ser escolhidos pelo morto e postos no testamento.

“A morte”, diz Cláudia Rodrigues, “(...) era pública e comunitária; detestava-se morrer em segredo, longe, inesperadamente, sem testemunhas, sem cerimonial; a morte silenciosa, esquiva, traiçoeira e repentina era especialmente temida e indesejada”. Dois tipos de mortos causavam temor: os que tiveram morte violenta (assassinato ou guerra, por exemplo); e os que tiveram morte por desastre que não permitisse a recuperação do corpo (naufrágios, principalmente). Em ambos os casos, acreditava-se que estas almas se tornariam penadas, por não ter tido tempo uma morte assistida, não cumprindo, portanto, um dos preceitos da boa morte. O caso dos naufrágios tem o agravante de não se poder enterrar o corpo, ficando assim o falecido sem sepultura eclesiástica.

A sepultura eclesiástica é o ponto culminante de uma boa morte. Se antes, ser enterrado junto aos santos era, por si só, uma garantia da elevação aos Céus, quando surge a imagem do tribunal divino a julgar a vida do fiel, novos personagens são incluídos nas estratégias de salvação. O espaço geográfico da igreja é dividido em hierarquias: quanto mais poderosa a entidade próxima a qual era enterrado o cadáver, maiores as chances de se ascender ao Paraíso. O espaço próximo ao altar-mor do santo padroeiro da igreja ou o altar da Virgem adquire maior prestígio simbólico do que os altares dos santos secundários.

O local da sepultura era um aspecto importante da identidade do morto. Falar de funeral incluía sempre dizer quem era o morto, quando tinha morrido e onde fora enterrado³².

Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, publicadas em 1707, todo católico tinha o direito de escolher, no testamento, a igreja em que queria ser sepultado. Caso não escolhesse, seria enterrado na Matriz de sua paróquia ou no templo que já contivesse os restos de seus familiares³³. Além da hierarquia espacial dentro da igreja, havia diferenciação entre os templos: a igreja matriz de cada freguesia era considerada de mais prestígio, bem como a que abrigava mais irmandades. Um branco ser sepultado em

³² REIS, op. cit., pg. 190

³³ REIS, op. cit., pg. 172

um templo de pretos ou pardos poderia ser salutar à alma (pelo mesmo motivo que se convocava pobres para o funeral), mas era danoso ao seu prestígio social³⁴.

Mas o principal não era o templo, mas sim a área dentro dele em que se localizava a sepultura. Havia três grandes áreas: o Adro, o Corpo, e, a partir do século XIX principalmente, os Carneiros. O *adro*, parte externa do edifício, era o local mais desprestigiado para uma sepultura eclesiástica. Uma cova ali podia ser obtida gratuitamente e era, como já dito, um local tradicionalmente ocupado pelos corpos dos mais pobres, além daqueles desprotegidos espiritualmente, não filiados a nenhuma irmandade religiosa³⁵. No Brasil, este também seria o local de sepultamento da maioria dos escravos batizados.

O *corpo* do edifício também recebia enterramentos. As igrejas não eram mobiliadas naquela época e os fiéis, sem bancos para sentar, rezavam de pé, ajoelhados ou sentados no chão, sobre as lajes do piso, sobre os mortos. A maioria das sepulturas continuava a ser como no início da Idade Média: covas retangulares, com 6 a 8 palmos de profundidade, anônimas mas numeradas para evitar de se abrir aquelas com defuntos frescos, corpos amortalhados depositados diretamente na terra, cobertos com cal e terra, sob as pedras do piso.

Porém, a partir do século XVIII começam a ressurgir jazigos individuais e sepulturas familiares com os nomes e sobrenomes (assim como brasões, títulos e honrarias) dos mortos aparecendo gravados sobre a laje do piso, que adquire caráter de lápide. As *Constituições Primeiras* mencionam estes túmulos em várias ocasiões. Ao contrário das sepulturas do século V, estas são perpétuas, sendo, primeiramente, um privilégio concedido pelo bispo para um indivíduo ou uma família ilustre. Neste momento, são intransferíveis, pois a honra dada pelo bispo cabia apenas a certas pessoas³⁶. Com o passar dos anos passam a ser vendidas, sendo compradas apenas pelos membros mais ricos da paróquia.

A importância social e religiosa das sepulturas poderia ser aumentada dependendo de sua localização no interior do edifício. Covas abertas à frente dos altares secundários eram mais bem quistas que aquelas em locais aleatórios do corpo da igreja. Do mesmo modo, ser enterrado na nave principal do templo era ainda melhor. O mais alto grau da

³⁴ REIS, op. cit., pg. 191-192

³⁵ NASCIMENTO, op. cit., pg. 228

³⁶ REIS, op. cit., pg. 173

sepultura eclesiástica era localizado logo abaixo do altar-mor da igreja, ficando os ossos sob os auspícios da entidade protetora da freguesia.

O corpo da igreja era um local para o enterramento de indivíduos livres. Havia, porém, exceções, já que alguns escravos recebiam sepulturas neste local, pagas por seus senhores. Esta honraria é interpretada por Reis como sendo uma recompensa a escravos “especiais”³⁷.

As confrarias foram o principal veículo da difusão do *catolicismo popular* no Brasil colonial, além de locais de sociabilidade para pares, pois havia segregação econômica e racial. As irmandades mais poderosas aceitavam apenas brancos com posses, o que explica o porquê de algumas delas terem se tornado personagens principais de mudanças sociais no Brasil colonial e imperial.

Dentro dos compromissos das irmandades, como já dito, estava o serviço funerário. Tanto em suas próprias igrejas, quanto na igreja matriz de uma freguesia, as confrarias foram responsáveis por um novo tipo de hierarquia espacial funerária. Locais específicos dentro dos templos eram delimitados para o enterro dos irmãos, apenas. Pertencer a uma irmandade era sinal de distinção social, e isto deveria ser refletido na morte. Mesmo entre os pobres ou escravos, aqueles pertencentes a irmandades teriam covas de maior prestígio que outros pobres ou escravos desprotegidos, isto é, não-irmãos³⁸.

Em meados do século XVIII atinge-se o auge da individualidade da morte, como não se via desde a Antiguidade. Inicialmente restrito às igrejas das irmandades mais abastadas, mas depois se “popularizando” (c. 1830), uma nova modalidade de túmulo é criada: os carneiros ou catacumbas³⁹. Nichos construídos nas paredes dos templos, as catacumbas serviam para acomodar mortos em caixões. O espaço ocupado era então emparedado com tijolos, coberta com reboco branco e recebia uma numeração⁴⁰.

O corpo morto não entraria mais em contato com a terra, faria sua decomposição dentro do espaço seco do nicho. Por um lado, as catacumbas auxiliavam na *geografia social da morte*, pois apenas os mais ricos poderiam pagar para serem enterrados nas catacumbas em seus primeiros anos, enquanto “menos ricos” ficariam restritos ao corpo do templo. Por

³⁷ REIS, op. cit., pg. 175

³⁸ REIS, op. cit., pg. 176

³⁹ REIS, op. cit., pg. 178

⁴⁰ RODRIGUES, op. cit., 1997, pg. 227

outro lado, os vivos não pisariam mais os mortos no momento da missa e estes começavam a se afastar lentamente do seio da comunidade. Ainda estavam dentro dos templos, mas ocultos aos olhos da população. Se distanciariam, também, dos santos protetores, iniciando a laicização do rito funerário⁴¹.

Os nichos se tornam o segundo local de maior prestígio dentro do templo⁴², mas não são sepulturas perpétuas. Os ossos, uma vez decomposta a matéria mole (para isso servia a placa com numeração), eram guardados em urnas dentro da igreja ou poderiam ser misturados aos restos de outros em ossuários⁴³.

Seguindo o movimento iniciado pelo uso dos caixões para enterrar os mortos, desencadeado em fins da década de 1790, os carneiros, por não deixarem o corpo entrar em contato com a terra, são associados à limpeza, asseio, decência da morte e do templo. O cadáver começa a ser visto como fonte de impurezas já no fim do século XVII na Europa. A emergência do movimento cultural Romantismo, ao mesmo tempo em que admira a morte alheia, traz a imagem do cadáver decomposto, da finitude da vida⁴⁴.

Paralelamente, a medicina desenvolve a doutrina dos miasmas:

Acreditava-se que matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob influência de elementos atmosféricos – temperatura, umidade, direção dos ventos – formavam vapores ou miasmas daninhos à saúde, infectando o ar que se respirava⁴⁵.

De uma hora para outra o ar da cidade não mais libertava, e sim matava. O cheiro da decomposição das carnes – que era vivenciado dia-a-dia pelos vivos desde o século V – de repente torna-se insuportável. Alain Corbin chama este fenômeno de uma “nova sensibilidade olfativa”⁴⁶.

Os cemitérios e as igrejas, depósitos de matéria orgânica em decomposição, passam a ser vistos como os locais mais perigosos para a saúde da cidade. A solução encontrada foi proibir o enterramento dentro do perímetro urbano e construir novos cemitérios longe da

⁴¹ REIS, op. cit., pg. 178-179

⁴² “Os verdadeiros poderosos iam ocupar jazigos perpétuos...” REIS, op. cit., pg. 182

⁴³ REIS, op. cit., pg. 179

⁴⁴ ARIÈS, op. cit., pg. 42

⁴⁵ REIS, op. cit., pg. 75

⁴⁶ REIS, op. cit., pg. 76

população. Este fenômeno, que se alastrou por todo ocidente cristão a partir do final do século XVIII, se tornou conhecido por Revolução Cemiterial⁴⁷.

1.2 Exílio dos mortos: O cemitério extra-urbe (Fins do século XVIII)

Phillipe Ariès associa a criação dos cemitérios extra-urbe a um renascente culto à identidade e dignidade dos mortos. A mentalidade familiar burguesa que começava a florescer passa a questionar a Igreja sobre o destino de seus mortos. Criticam a exposição e o coletivismo dos ossos nos ossuários e “reprovam a Igreja por ter feito tudo pela alma e nada pelo corpo”⁴⁸. A família desejava poder saber onde estavam depositados os restos de seus membros, e o espaço interno da igreja, sem inscrições ou lápides impedia isto. Para que este ‘culto’ ocorresse, os mortos deveriam ter o seu próprio lugar e não dividir a geografia da igreja com os vivos.

O espaço cemiterial moderno surgiria, desta forma, associado ao culto pela identidade do morto. Esta característica seria aproveitada pelo governo republicano francês, positivista, que passa a sepultar os heróis da pátria em túmulos requintados, mausoléus grandiosos, transformando a necrópole em um “museu de homens ilustres”, nas palavras de Ariès.

Tais apropriações do espaço mortuário para homenagear os grandes da Nação só aconteceriam, porém, no final do século XIX⁴⁹. Conforme bem demonstram Fernando Catroga, historiador português, e José Reis, historiador baiano, o motor das reformas tanatológicas foi uma combinação das novas descobertas médico-científicas e da ascensão da burguesia ao poder, que trouxe consigo uma nova mentalidade a respeito de como a cidade e a vida da população deveria se organizar.

Reis afirma que as reformas cemiteriais que ocorreram no Brasil ao longo do século XIX tiveram uma dupla inspiração, nas reformas francesas e nas portuguesas. As mudanças nestes países ocorreram por inspirações semelhantes, mas, dadas particularidades culturais e regionais, tiveram trajetórias distintas. A análise destas trajetórias ajuda a compreender que o que houve no Brasil não foi um fenômeno isolado.

⁴⁷ CATROGA, Fernando. *Morte romântica e religiosidade cívica*. In: MATTOSO, J. (Dir.) *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

⁴⁸ ARIÈS, op. cit., pg. 46

⁴⁹ Por exemplo, a partir da década de 1880 em Portugal; e a partir da instauração da República, no Brasil.

O Iluminismo na França causara, além do avanço da racionalidade, uma secularização da vida cotidiana⁵⁰. Um sinal disto é que os testamentos começaram a abandonar a ladainha religiosa e se transformaram cada vez mais em instrumentos burocráticos para transmissão de bens. A morte se tornava mais íntima e o funeral barroco, pomposo e público, tornava-se muito mais econômico e pessoal. Para esta morte individualista, Ariès cunhou o termo “morte selvagem”, em oposição à domesticada da época anterior: os mortos começavam a causar desconforto aos vivos.

Já em 1766 surgem as primeiras denúncias médicas contra os enterramentos em igrejas⁵¹. O que antes era visto como normal, agora era apontado como perigoso. Reis destaca relatos de médicos franceses sobre a ameaça da decomposição, entre eles: “um certo Dr. Leclerc prevenia sobre a ameaça social representada pelos cadáveres de pessoas gordas, tal a rapidez e força com que se decompõem”⁵².

Em 1776 uma ordem régia proíbe o enterro em templos religiosos, ordenando que os cemitérios intra-urbe fossem transferidos para longe assim que as circunstâncias permitissem. Difícil tarefa, pois apenas Paris possuía àquela época 290 cemitérios servindo à 600 mil habitantes⁵³.

A destruição do cemitério Les Innocents, erguido no centro da cidade em 980 d.C., marcou o fim de uma era. A localização do cemitério, ao lado de um movimentado mercado e ladeado por casas, começava a assustar a população preocupada com a contaminação do ar e do solo. Havia oitocentos anos que tal necrópole servia a mais de vinte paróquias, comportando ossos de mais de um milhão de pessoas em seu ossuário⁵⁴.

A Restauração trouxe o cemitério moderno. Os arquitetos franceses projetaram a nova necrópole inspirando-se no modelo de metrópole burguesa, com amplas avenidas e quadras que comportariam os jazigos, arborizada e gramada para oferecer um ambiente propício à visita e à meditação. Um decreto napoleônico de 1804 abole as covas comuns; define uma distância mínima entre os mortos e a cidade; e controla a distribuição das sepulturas dentro do espaço cemiterial.

⁵⁰ REIS, op. cit., pg. 74

⁵¹ CATROGA, op. cit., pg. 595

⁵² REIS, op. cit., pg. 75

⁵³ REIS, op. cit., pg. 76-77

⁵⁴ REIS, op. cit., pg. 77

Assim como os carneiros representaram uma ruptura com o caráter *ad sanctos* nos sepultamentos em igrejas, Ariès define o fim da cova comum como “uma ruptura completa com o passado”⁵⁵ medieval. A destruição do Les Innocents não gerou reações entre a população⁵⁶, o que, segundo Reis, demonstra a paz relativa com que a reforma cemiterial ocorreu na França. Diferente de outras partes do Ocidente, lá “as atitudes diante da morte mudaram com o mesmo ritmo nas várias classes sociais”⁵⁷.

Em Portugal a situação se desenrolou de modo diverso. Apesar da classe médica alertar sobre os perigos do enterro nos templos desde meados do século XVIII, foi apenas em 1835 que o governo criou uma lei proibindo esta prática e instruindo as municipalidades a construir novos cemitérios longe das cidades. Tal lei, proposta pelo poder liberal progressista, nunca foi respeitada pela população, mas ditou diretrizes que mais tarde seriam aplicadas no Brasil:

*1- Em todas as povoações devem ser estabelecidos cemitérios públicos (...); 2- Os terrenos a isso destinados devem ter uma extensão suficiente a fim de que as sepulturas pudessem ser abertas de 5 em 5 anos; 3- (...) Devem situar-se fora dos limites das povoações (...); 4- Devem ser resguardados por um muro de não menos de 10 palmos de altura; 5- Cada corpo seria enterrado em cova separada, a qual teria pelo menos 5 palmos de profundidade e a distancia de um palmo e meio das outras covas; 6- A sua administração e inspeção passava a pertencer às autoridades públicas*⁵⁸.

Como Portugal não havia passado por um movimento laicizante, como a Revolução Francesa, as principais resistências ao novo modelo cemiterial contestavam o caráter profano deste. Nas palavras de Catroga, “radicavam a estranheza das populações perante um espaço desnudado e profano, que rompia o fio ancestral que sacralizava e materializava a memória das famílias e da comunidade”⁵⁹.

Catroga atribui esta resistência aos setores mais conservadores da população, em especial os das áreas rurais, mais afastados das idéias reformistas e higienistas que nasciam nos centros urbanos. Aponta uma grande diferença entre o norte e o sul do país: o primeiro,

⁵⁵ REIS, op. cit., pg. 78

⁵⁶ Segundo Ariès, “o povo de Paris aceitou a destruição do ‘cemitério de seus ancestrais’ com total indiferença” Apud REIS, op. cit., pg. 81

⁵⁷ REIS, op. cit., pg. 86

⁵⁸ CATROGA, op. cit., pg. 596

⁵⁹ CATROGA, op. cit., pg. 596

mais rural, teria mantido os enterramentos nas igrejas mesmo após as leis reais, apoiados por setores do clero; o segundo, urbanizado, não.

O povo resistiu, especialmente as populações rurais da região do Minho, Norte de Portugal. Em março de 1846, soldados enviados de Braga à Póvoa de Lanhoso prenderam algumas mulheres acusadas de realizarem um enterro ilegal. Pouco depois, uma multidão em que a participação feminina também era numerosa tomou de assalto a cadeia e libertou as presas⁶⁰.

Muitos outros eventos como este aconteceram em Portugal. A principal motivação dos revoltosos era a suposta desacralidade, inexistente, do novo espaço. O catolicismo continuava a ser a religião oficial do país, e uma das exigências para a inauguração dos novos cemitérios era que estes fossem tornados bentos por párocos. Os extramuros continuavam a depender do clero para existir; o terreno ainda era considerado santo, quase como que uma continuação da igreja, que se mantinha no centro da cidade. Porém, esta distância da urbe e o rompimento com a tradição deixavam a população preocupada. Acreditavam que a ascensão aos Céus seria prejudicada neste novo espaço, longe dos santos.

Apesar de haverem resistências em várias localidades, no Brasil só ocorreu um confronto violento entre a população e as autoridades responsáveis pela implementação dos novos cemitérios. A *Cemiterada*, revolta ocorrida em Salvador em 1836 e amplamente analisada por João José Reis em *A morte é uma festa*, se constituiu no ataque da população – formada por pessoas das mais diversas classes, com participação de nobres e de diversas irmandades religiosas – ao novo cemitério, com a destruição total deste. Protestavam contra a administração privada que o espaço teria, indo contra a tradição, que garantia a posição do clero neste encargo.

Reis indica que muitos dos portugueses que povoaram a Bahia vieram da região do Minho, e teriam trazido consigo os modelos de comportamento relacionado aos mortos e à morte que influenciaram as resistências nos dois lados do Atlântico. “Usando os termos de Ariès”, diz Reis, “baianos e minhotos adeptos da ‘morte domesticada’ resistiram com o mesmo ardor à chegada da ‘morte selvagem’”⁶¹.

⁶⁰ REIS, op. cit., pg. 85

⁶¹ REIS, op. cit., pg. 86

Apesar das resistências, os cemitérios extra-urbe fixaram residência em todas as partes do Ocidente cristão no século XIX. Vários destes novos redutos se tornaram icônicos, referências ao modelo de cemitério moderno, de tal modo que poucos se lembram ou sabem que um dia se enterrou dentro das igrejas. Pode-se citar o parisiense *Père Lachaise*, inaugurado em maio de 1804; o londrino *Highgate Cemetery West* (1839); e o lisboeta *Cemitério dos Prazeres* (1833).

Em Porto Alegre este movimento se iniciou na década de 1840, quando as autoridades começavam a reclamar das condições do atual cemitério. O campo santo extra-urbe só seria inaugurado dez anos depois, e, nas palavras de Mara do Nascimento, pode-se afirmar com segurança que “os porto-alegrenses não vivenciaram e, tão pouco, foram agentes provocadores de alguma revolta popular semelhante à que ocorreu em Salvador”⁶². Para compreender o porquê desta paz é preciso, antes, entender os princípios da história funerária da cidade, e é isto que será feito no próximo capítulo.

⁶² NASCIEMENTO, op. cit., pg. 19

Capítulo 2

2.1 As praças pertencem aos mortos: os primeiros cemitérios de Porto Alegre (1725 – 1793)

Em novembro de 1772, o padre Gomes de Faria, primeiro vigário de Porto Alegre, escreve uma carta ao bispo do Rio de Janeiro noticiando ter feito, no segundo dia daquele mês (dia dos finados), uma visita solene aos mortos que tinham sido sepultados em “terrenos da praia de Porto de Viamão”⁶³. Este documento, citado pelo Dr. Sebastião Leão, é a primeira menção feita a respeito do primeiro cemitério branco criado na região do Porto dos Casais⁶⁴, atual Porto Alegre, e teria sido usado pelos primeiros povoadores da região, sejam soldados e tropeiros que por aqui passavam sem fixar residência, pelos peões da estância de Jerônimo de Ornellas ou pelos “casais de número”, que aportaram na região oeste da península em 1752⁶⁵.

Dos casais e da pequena povoação que criaram nos vinte anos que ali permaneceram até a primeira demarcação das ruas da nova vila, em 1772, pouco se sabe. O nome dos primeiros ilhéus chefes de família que para cá vieram é conhecido⁶⁶. A região que ocuparam, também. O engenheiro militar Miguel Blasco, que acompanhava a tropa de Dragões enviada por Gomes Freire de Andrade para mapear e demarcar os limites do território da Capitania, produziu uma das primeiras descrições da nascente vila:

Está o Porto de Viamão situado no norte do Rio Grande, da parte leste do Rio que toma o nome [rio ou lagoa de Viamão, hoje Guaíba], de 30 graus de latitude austral e em 35 graus 21 minutos de longitude contados da Ilha do Ferro e distante do Rio Grande 58 léguas de todo o caminho. A povoação é um arraial de casas de palha habitadas por casais das ilhas e é bastante fértil⁶⁷.

⁶³ CORUJA FILHO, Sebastião Leão. *Datas Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Divisão de Cultura, Secretaria da Educação e Cultura, 1962, pg. 353.

⁶⁴ *São Francisco do Porto dos Casais* ou simplesmente *Porto dos Casais* foi a nomenclatura de Porto Alegre a partir da chegada dos colonos açorianos em 1752. Antes disso a região foi conhecida por *Porto de Viamão*, por pertencer à região dos campos de Viamão, ou *Porto de Ornellas*, de *Dornellas* ou *do Dornelles*, em referência a Jerônimo de Ornellas, dono da sesmaria em que se encontravam as terras. FORTINI, Archymedes. *Porto Alegre através dos tempos*. Porto Alegre: Divisão de Cultura, 1962, pg. 26.

⁶⁵ MACEDO, Francisco Riopardense. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993, pg. 21.

⁶⁶ Archymedes Fortini os arrola na página 19 de seu *Porto Alegre através dos tempos*, op. cit.

⁶⁷ FORTINI, op. cit., pg. 26.

Este arraial⁶⁸ se localizaria na Ponta das Pedras, parte compreendida pela convergência das atuais ruas Washington Luis e Andradas. Segundo Augusto Porto Alegre o povoamento da cidade começou a ser feito pelos terrenos onde hoje se estendem as ruas Major Pantaleão Teles, Andradas, Duque de Caxias, General Salustiano, Vasco Alves e a beira do Guaíba, ou seja, tendo o rio como fronteira norte e oeste, a Praia do Riacho (atual arroio Dilúvio) como fronteira sul, e a atual rua Vasco Alves (antigo Beco dos Guaranis) como fronteira leste.

Pode-se apenas imaginar a configuração do arraial citado pelo engenheiro Blasco. Supõe-se que as casas continuaram a ser de taipa e palha ou somente madeira, cobertas de capim e folhas de jerivá até, pelo menos, 1780, quando foi aberta a primeira olaria da cidade⁶⁹.

Em julho de 1773 o governador José Marcelino de Figueiredo muda a capital da Província de Viamão para a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, criada no mesmo mês. A nova capital se justificava por ser estrategicamente melhor localizada para o atendimento às duas cidades em luta contra os espanhóis, Rio Grande e Rio Pardo⁷⁰.

Antes, porém, da elevação da vila à capital, uma das primeiras ordens do governador foi encarregar o capitão de infantaria engenheiro Alexandre José Montanha de demarcar e distribuir as datas de terra prometidas aos casais desde 1752, além de traçar as ruas da nova vila. A esta altura, os casais estavam ainda acampados na Praia do Arsenal⁷¹. O fracasso do Tratado de Madrid obriga os açorianos a permanecerem no Porto de Dornelles ao invés de irem povoar a região das Missões para Portugal⁷².

Alexandre José Montanha, Capitão de Infantaria, com exercício de Engenheiro.

Certifico que, em virtude da Ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês do Lavradio, Vice Rei do

⁶⁸ Vale a pena lembrar que os casais não ocupavam as terras prometidas no edital de 1747, mas sim terreno público, assim considerado por estarem na faixa de terra de um quarto de légua junto a rios navegáveis. A situação dos casais só se legalizaria com a demarcação de Alexandre Montanha, vinte anos depois de chegarem no Porto de Viamão.

⁶⁹ CÔRREA, Ermani. *Evolução arquitetônica de Porto Alegre*. IN: Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940, pg. 2570.

⁷⁰ MACEDO, op. cit., pg. 22-23

⁷¹ Outro nome para a Ponta das Pedras, referente ao Arsenal da Marinha que seria ali construído em fins do século XVIII.

⁷² MACEDO, op. cit., pg. 22.

Estado, expedida pelo senhor Tenente Coronel Governador deste Continente, Antonio Veiga de Andrade, de 12 de junho passado – passei ao terreno místico do Porto de São Francisco dos Casais e nele medi, demarquei e entreguei a [nome de um colono] uma área superficial de duzentas e oitenta e um mil duzentas e cinqüenta braças quadradas compreendidas em figura de retângulo que tem o comprimento de norte a sul mil braças e de leste a oeste, que é a largura, duzentas e oitenta e uma braças (...).

Quartel de Viamão, 1º de agosto de 1772⁷⁵.

Com os casais estavam, pelo menos, sessenta Dragões paulistas provenientes da tropa que acompanhava o engenheiro Blasco, destacados pelo governador Gomes Freire a permanecerem, assim como o capelão Frei Faustino⁷⁶, junto aos casais enquanto estes esperavam o fim do conflito nas Missões. Os soldados eram encarregados da construção de canoas para o transporte fluvial dos colonos açorianos até seu local de destino, e o capelão foi destacado para o conforto das almas⁷⁷.

O capitão Montanha foi o responsável pelo primeiro traçado das ruas da cidade, colocando ordem nas ruelas e vias utilizadas pelos moradores da península. Junto à praia, o caminho primordial daquela povoação, foi aberta a primeira rua e, a partir dela, todas as outras. A planta feita por Montanha, se é que algum dia existiu, está perdida. Através dos primeiros registros de compra e venda de lotes no Porto dos Casais, o historiador Paranhos Antunes tentou recriá-la.

Conforme o título de data de 1º de agosto de 1772, o traçado da freguesia feito por Montanha tinha o seu ponto central no Alto da Praia, local que acabou recebendo a primeira praça da vila e sua igreja matriz. Com medidas de 1607m no sentido norte-sul e 880m leste-oeste, a vila seria um pouco maior que o terreno recebido por cada casal.⁷⁸

⁷⁵ OLIVEIRA, op. cit., pg. 51

⁷⁶ Provisão de Gomes Freire nomeando Frei Faustino: “Faço saber aos que esta minha previsão virem, e atendendo a ser preciso capelão que administre os sacramentos aos casais das ilhas que mandei marchar para o Porto de Viamão e aos 60 paulistas que ali ficaram por ordem minha...”. ANTUNES, De Paranhos. *Porto Alegre no século XVIII*. In: Anais do III congresso Rio-Grandense de História e Geografia. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940, pg. 1048.

⁷⁷ OLIVEIRA, Clóvis de. *Porto Alegre – A cidade e sua formação*. Porto Alegre: Ed. Graf. Metrópole, 1993, pg. 40-41

⁷⁸ OLIVEIRA, op. cit., pg. 51-52

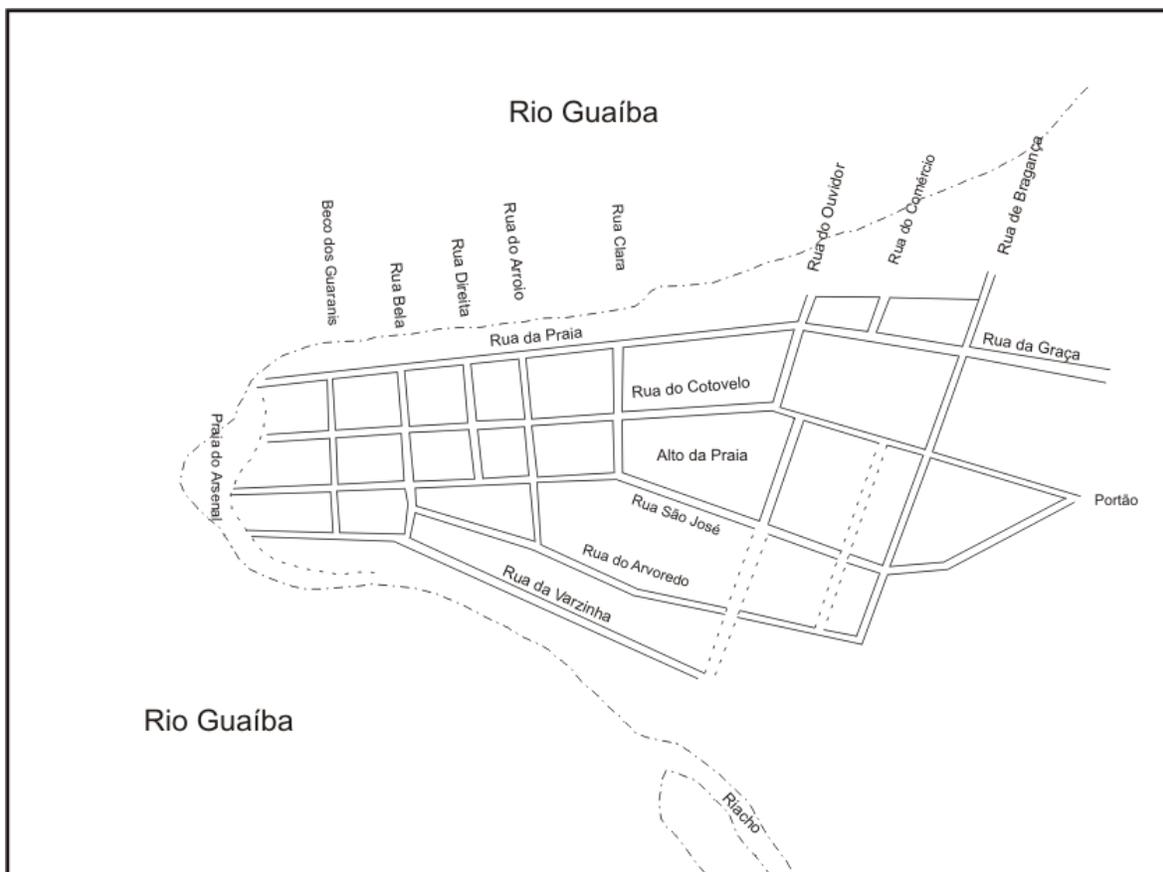


Figura 1: Porto Alegre nos fins do século XVIII. De Paranhos Antunes. *Porto Alegre no século XVIII*. In: Anais do III Congresso Rio-Grandense de História e Geografia. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940, pg. 1069

A vila de Nossa Senhora de Madre de Deus de Porto Alegre⁷⁹ era limitada, em 1772, pelo Guaíba ao norte; pela rua Bragança (atual Marechal Floriano) ao leste; pela Praia do Arsenal, ao oeste; e pela rua da Varzinha (atual Demétrio Ribeiro), margeando o Riacho, ao sul⁸⁰. Pode-se notar desde já, pela análise dos registros de imóveis da época, três “focos” de ocupação da vila: um núcleo mais urbano na Ponta das Pedras (Praia do Arsenal), e nos primeiros metros em direção ao leste na rua da Praia; uma área de quitandas, mercados e pequenos negócios, em tendas, no Porto dos Ferreiros (margem do rio, proximidades da atual rua Uruguai); e as grandes chácaras, subindo a atual Marechal Floriano em direção à atual Praça Conde de Porto Alegre⁸¹. Com a demarcação da praça da

⁷⁹ Nomenclatura oficial para a vila após a mudança de orago em 18 de janeiro de 1773. OLIVEIRA, op. cit., 1968, pg. 50

⁸⁰ ANTUNES, op. cit., pg. 1069.

⁸¹ FORTINI, op. cit., pg. 22.

igreja, um novo núcleo urbano começaria a se formar no seu entorno, distanciando a elite em formação dos casebres pobres da margem do rio.

Quando chegaram à península em 1752, os casais aportaram no chamado Porto do Dornelles, local já freqüentado por muitas pessoas desde, pelo menos, 1733, pois se tratava de um “excelente caminho fluvial águas acima pelos rios Cai, Sinos, Gravatai e Jacuí, ou águas abaixo pelo Guaíba afora”⁸². “Muitos moradores vem se arrancar nas margens do Guaíba em terrenos realengos (...) são marinheiros, pescadores, gente fugida da Colônia de Sacramento, itinerantes, os que dão vida ao local”⁸³.

Esta mesma população erige, em 1747⁸⁴, uma pequena capela de pau-a-pique dedicada a São Francisco Xavier, onde, a 3 de dezembro daquele ano, inicia-se o culto católico no arraial⁸⁵. O capelão que realizava os cultos deveria vir ocasionalmente ao local, uma vez que o primeiro religioso a se fixar na região foi Frei Faustino.

O primeiro cemitério da vila, provavelmente criado por volta de 1720-1730, deve ser entendido a partir desses dados. Este cemitério não se encaixa nos modelos medievais europeus apresentados no primeiro capítulo, pois não se localizava em terreno contíguo a uma igreja. Não devia ser muito diferente de um cemitério de estância. Aliás, deveria ser exatamente isso, sito na porção mais ocidental da península. Apenas covas pouco profundas sem qualquer identificação a não ser uma cruz de madeira com, quando muito, algum nome. Neste local, até 1752, seria enterrada a totalidade da população da península.

Athos Damasceno, em sua análise das origens das artes em Porto Alegre, aponta a existência de dois “mofinos pardieiros”, meros galpões ou apenas palanques utilizados pelos colonos em suas danças e apresentações teatrais, de 1752 a 1794, data em que foi construída a primeira Casa da Comédia⁸⁶. Um desses palcos estaria localizado no Largo da

⁸² ANTUNES, op. cit., pg. 1040

⁸³ ANTUNES, op. cit., pg. 1046

⁸⁴ Existe discussões sobre a data de fundação desta capela, não havendo consenso entre os historiadores. As datas indicadas são 1747 e 1768. Considerei que o arraial citado por Blasco poderia conter, como era tradicional em vilarejos portugueses, um pequeno oratório, ou um santinho dentro de uma casinha de palha, que poderia ser denominada capela. O fato de existir um incipiente núcleo populacional na península, na década de 1740, poderia justificar a existência de tal espaço. Pesquisadores pré-1768 atribuem aos açorianos e a Frei Faustino a ereção da dita capela. No entanto, o fato de existir um cemitério pré-1768, pelas diretrizes da igreja, impediria a ereção de um templo no mesmo local, por ser não-santo. A partir desses dados, julguei pela data acima como a mais provável.

⁸⁵ ANTUNES, op. cit., pg. 1046

⁸⁶ DAMASCENO, Athos. *Salão, Palco e Picadeiroem Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1956, pg. 3

Forca e o outro no Largo da Quitanda. A partir dos dados citados no primeiro capítulo, sobre a utilização dos cemitérios, no medievo, como local de encontro da população e realização de festas, pode-se apontar estes dois Largos como locais em potencial para terem abrigado o primeiro cemitério da cidade.

Em acompanhamento arqueológico realizado em decorrência da implantação da rede subterrânea pelo DMAE na quadra compreendida pelas ruas Andradas, General Portinho, Riachuelo, e General Salustiano, em 2004, o arqueólogo Cláudio Carle evidenciou dezoito fragmentos de ossos humanos, localizados por toda a extensão da rua Vasco Alves, em meio a uma camada sedimentar argilosa e bastante densa, provavelmente argila do leito do antigo rio.⁸⁷

Os ossos, bastante antigos, foram encontrados, desarticulados⁸⁸, junto a material arqueológico do início do século XIX. Carle sugere que em decorrência dos diversos aterros e obras que aconteceram no local ao longo dos séculos, estes ossos, provenientes do cemitério que existiu na região, tenham sido dispersados durante as obras e a terraplenagem. O fato de se encontrarem em meio a materiais do século XIX, mais recentes que o dito cemitério, é explicável pela diferença de densidade do material que, tendo sido removido junto com o solo que originalmente o envolvia, acabou descendo até esta camada mais densa e argilosa⁸⁹.

A partir desses dados arqueológicos e da tradição memorialista, que indica a posição do cemitério como sendo na área da antiga Praça da Harmonia, atual Brigadeiro Sampaio⁹⁰, pode-se localizar o primeiro cemitério da vila como sendo no antigo Largo do Arsenal ou da Forca, porção sul da atual praça Brigadeiro Sampaio, não ultrapassando, ao norte, a altura da rua 7 de Setembro. Tal posição pode ser sustentada ao se analisar os croquis da escavação arqueológica que se realizou na dita Praça em outubro de 1996, que visava a localizar o antigo cais construído na região em 1858 para limitar a praça com o rio. Apesar

⁸⁷ CARLE, Cláudio. *Relatório de acompanhamento arqueológico da implantação da rede subterrânea com extensão 540m, em espaço urbano no município de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: SMC/MJJF, nov. 2004.

⁸⁸ Os fragmentos foram identificados como pertencentes a um fêmur, uma costela, uma bacia, ossos da mão, dentes, e ossos do pé, estes últimos encontrados dentro de um sapato.

⁸⁹ CARLE, op. cit.

⁹⁰ Lembrando que a praça ocupa uma área menor que a sua antecessora. FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 1988, pg. 361.

dos diversos aterros da área, semelhantes aos da rua Vasco Alves, nenhum osso humano foi localizado⁹¹.

A capela de São Francisco, por suas características construtivas pouco duradouras, tem pouca chance de um dia ser localizada por meios arqueológicos. Contudo, a tradição aponta sua localização na esquina das ruas dos Andradas com a Caldas Júnior (no local em que funciona atualmente o Museu Hipólito José da Costa, em frente ao prédio do Correio do Povo)⁹².

O cemitério funcionou no Largo da Forca até 1752. Ao se tornar capelão da capela de São Francisco, uma das primeiras atitudes de Frei Faustino foi transferir o cemitério para mais próximo da capela, em uma região mais propícia para o fim a que se destinava. O local anterior distava apenas alguns metros do leito do rio, e deveria ser freqüente, quando este enchia, o desenterramento dos ossos pelas águas, uma vez que os cemitérios não eram murados ou cercados.

Destaca Augusto Porto Alegre:

O empreendedor sacerdote, tendo em consideração o aumento da população, ordenou a suspensão dos sepultamentos até então feitos na Praça da Harmonia num pequeno trecho abandonado, apesar de por ali estar desenvolvendo-se a povoação (...). Dada execução á ordem foi então feita uma cerca de grande proporção no morro da Praia (como então chamava-se o local hoje ocupado pela praça Marechal Deodoro). O novo cemitério ficava no mesmo ponto em que no presente está o jardim⁹³

A ausência de plantas ou mapas que representem a cidade como esta era no século XVIII nos impede de ter certeza sobre a aparência do Alto da Praia em 1752, quando o capelão o escolheu como local do novo campo santo. No entanto, não deveria haver muitas construções pela região. A população da vila, estimada por Fortini em 400 habitantes⁹⁴, continuava a habitar nas proximidades das praias anteriormente citadas. Nas regiões mais longe do rio existiam chácaras maiores, onde eram cultivados os produtos que abasteciam a vila, mas nenhuma é conhecida no Alto da Praia.

⁹¹ OLIVEIRA, Alberto de. *Um estudo em arqueologia urbana: A Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, março/2005, pg. 105.

⁹² MACEDO, op. cit., 1968, pg. 45.

⁹³ PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906, pg. 85

⁹⁴ FORTINI, op. cit., pg. 29.

Este novo cemitério deveria ser pouco diferente de seu antecessor, uma vez que a tradição que guiou a construção dos dois foi a mesma. Augusto P. Alegre, escrevendo 150 anos após a inauguração deste local, se refere a uma “grande cerca”. Se realmente existiu, não deveria passar de uma cerca baixa, mais apropriada para demarcar a zona do cemitério do que barrar a entrada de animais neste. A circulação de cachorros, principalmente, pelos cemitérios foi uma das preocupações das autoridades até meados do século XIX, pois esses animais errantes, graças à ausência de cercamento (ou a inutilidade desse em restringir o seu acesso), acabavam fossando as covas, e às vezes eram vistos andando pela cidade com algum osso ou parte de cadáver na boca⁹⁵.

Porto Alegre tem esta particularidade em relação a outros cemitérios setecentistas constantes na bibliografia analisada: até os últimos anos do século XVIII, as duas necrópoles que teve eram semelhantes a cemitérios de estância, apesar do da Praça da Matriz ter sido aberto por um eclesiástico. A capela em que era feito o serviço religioso da vila ficava lombada abaixo, não contígua ao cemitério. Cemitérios europeus urbanos, desde o século V até meados do XVIII eram, sempre, ladeados por um templo católico, e esta configuração se repete nas colônias⁹⁶.

Antônio Álvares Pereira Coruja, cronista de Porto Alegre, informou em uma crônica publicada na *Gazeta de Porto Alegre* em 15 de abril de 1884 que, por volta da década de 1820 foram feitas obras na praça da Matriz, abrindo-se um paredão na porção sul, próxima ao palácio do governo. Desbastando-se a lombada

*achou-se muita ossada humana; o que deu muito que pensar aos velhos daquele tempo, os quais por induções, conjeturas e raciocínios mais ou menos combinados, entenderam que ali devia ter sido o cemitério correspondente à antiga capela de S. Francisco do Porto dos Casais*⁹⁷.

O espaço cemiterial na praça da Matriz, quadrado ou retangular, não devia ter nenhuma organização aparente. As cruzes de madeira, que talvez existissem, não trariam

⁹⁵ Relatório da Presidência da Província de 1º de março de 1846, pg. 19-20. Disponível no endereço www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

⁹⁶ ARIÈS, op. cit., pg 24.

⁹⁷ Apud FRANCO, op. cit., 1988, pg. 109.

qualquer sinal de identificação do morto ou da data em que foi sepultado. Nada que indicasse quem estava naquela sepultura. A própria idéia de sepultura exclusiva seria estranha à época, pois uma vez que os ossos eram descarnados, o espaço da cova era utilizado para novos sepultamentos. A mentalidade funerária vigente não pregava a individualidade do falecido. Era o destino da alma, não do corpo, que interessava. Sendo assim, conquanto os ossos estivessem em terreno sagrado, a salvação da alma estava garantida⁹⁸. Esta ausência de identificação seria alvo de críticas por parte dos higienistas e médicos, alguns anos depois. Como não podiam controlar o tempo de decomposição da carne, muitas vezes os coveiros iam abrir uma sepultura e acabavam se deparando com tecidos moles ainda em putrefação⁹⁹.

Considerando a área da atual praça Marechal Deodoro como sendo análoga a do antigo cemitério, este era grande o suficiente para servir à nascente vila. Porém a concepção funerária vigente necessitava de um terreno “mais santo” para o enterro de seus mortos.

Porto Alegre teve que esperar quatro décadas para ter sua primeira igreja. A nova matriz daria à vila um templo a altura da capital do Continente de São Pedro, e dentro dele seriam feitos os sepultamentos, em concordância com a vigente tradição tanatológica.

2.2 Recheio de igreja é defunto: sepultamentos *ad sanctos* em Porto Alegre (1793 – 1850)

Como parte das transformações ocorridas na vila para prepará-la para se tornar capital, o orago (santo ou entidade de devoção) da paróquia foi alterado, em 18 de janeiro de 1773, para Nossa Senhora da Madre de Deus, “devoção especial do governador”¹⁰⁰. A nova devoção exigia a construção de um novo templo, maior que a capela de S. Francisco, e apropriada ao culto da Virgem.

Ao alinhar as ruas da nova vila, o Capitão Montanha também foi encarregado de demarcar a “praça do novo lugar”. Foi escolhido o terreno do Alto da Praia, que servia, no momento, de local ao único cemitério da cidade. Esta escolha por um local já ocupado é justificável. Clóvis de Oliveira explica que o Alto da Praia foi escolhido atendendo a uma

⁹⁸ ARIÈS, op. cit., pg. 24.

⁹⁹ FREYRE, Gilberto apud RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos – A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UNB, 1981, pg. 153.

¹⁰⁰ MACEDO, op. cit., 1993, pg 19

preocupação do clero em localizar o novo templo no ponto mais alto da cidade, de modo a destacar a igreja do restante das construções¹⁰¹. A igreja serviria de “demarcador espacial” da nova cidade: o núcleo habitacional e as zonas de maior movimento da cidade se localizavam na região norte, nas margens do rio, e o Alto da Praia, por ser o ponto mais alto da região, protegeria a encosta e as praias do vento sul¹⁰².

As irmandades São Miguel e Almas, fundada em 1773, e a do Santíssimo Sacramento, criada no ano seguinte, foram encarregadas da construção da igreja¹⁰³, que se iniciou apenas em fins 1779, sendo liberada para o culto em 1794¹⁰⁴. A documentação sobre estes quinze anos de obras é escassa e, portanto, pode-se apenas pressupor sobre o estado da praça neste período. Sérgio da Costa Franco, citando Coruja Filho, afirma que “certo é que no ano de 1772 os sepultamentos começaram a ser feitos no cemitério da Igreja Matriz, e dentro do próprio edifício”¹⁰⁵. Tal informação parece incongruente, uma vez que a igreja ainda não se encontrava nem projetada em 1772¹⁰⁶, não permitindo, portanto, sepultamentos em seu adro e interior.

Esta primeira igreja colonial era muito menor em área que a atual Catedral Metropolitana. Na meia quadra entre o antigo Palácio do Governo, concluído em 1789¹⁰⁷, e a rua Espírito Santo, antiga rua do Império¹⁰⁸, a igreja ocupava apenas metade do comprimento. A seu respeito fala Saint-Hilaire, que a conheceu em 1820:

A igreja paroquial, cujo acesso se faz por uma escada, tem duas torres desiguais; é clara, bem ornamentada e tem dois altares além dos que acompanham a capela-mór. Entretanto é muito pequena pois, segundo medi, conta apenas com 40 passos da capela-mór à porta.¹⁰⁹

A primeira igreja da cidade acomodaria também o primeiro cemitério *ad sanctos*, junto aos santos.

¹⁰¹ OLIVEIRA, op. cit., 1993, pg. 153

¹⁰² Idem, Ibidem.

¹⁰³ NASCIMENTO, op. cit., pg. 20

¹⁰⁴ DAMASCENO, Athos. *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1971, pg. 44.

¹⁰⁵ FRANCO, op. cit., pg. 109

¹⁰⁶ DAMASCENO, op. cit., 1971, pg 44.

¹⁰⁷ FRANCO, op. cit., pg. 306

¹⁰⁸ FRANCO, op. cit., pg. 155

¹⁰⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Rio de Janeiro: Ariel Ed. LTDA, 1935, pg. 48.

*Foi, portanto, a instalação da Matriz operacionalizada pela irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus e Santíssimo Sacramento que gerou a noção de que a partir de então os mortos estariam sob proteção eclesiástica e resguardo de uma confraria, esta última tendo aos seus cuidados a organização dos terrenos sepulcrais*¹¹⁰.

Como já foi dito antes, as práticas funerárias iniciadas no medievo europeu supunham que o enterro junto aos ossos dos mártires católicos ou sob suas imagens facilitaria o acesso aos céus. Este tipo de funeral também aproximava os vivos dos mortos, tornando mais tênue a separação causada pelo falecimento. Enterrando seus entes queridos dentro das igrejas, sob as lajes do piso, a população viva conviveria com eles diariamente, ajoelhando sobre os ossos toda vez que fossem a missa.

Na igreja Matriz, em Porto Alegre, enterros devem ter sido feitos sob a escada do templo, do lado externo, junto às paredes, e nos fundos do edifício, onde existia uma grande área de enterramentos até 1850, que se estendia até a atual rua Coronel Fernando Machado. Mais tarde, na porção sul desta área, na esquina da Fernando Machado com a rua Espírito Santo, construíram-se as catacumbas ou carneiros, tal como aparece em planta de 1839 de Luiz Pereira Dias.

A cova no adro era semelhante às dos primeiros cemitérios: comum, anônima, de profundidade irregular, sem identificação do morto¹¹¹ ou da data de seu enterramento¹¹². As ruas que margeavam o cemitério não tinham calçamento regular, confundindo-se com este. Não devia ter muros, pois um requerimento de 1817, recolhido por Sérgio da Costa Franco, demonstra que os moradores da rua do Arvoredo (atual Cel. Fernando Machado) iam para a missa na Matriz através de um caminho que passava por dentro do cemitério, e reclamavam a perda do atalho perante o iminente cercamento deste¹¹³.

Mara do Nascimento, em seu primoroso estudo sobre a atuação das Irmandades leigas nas questões funerárias em Porto Alegre, aponta para o enterro de escravos e soldados no adro, confirmando que “o pátio da Matriz como um espaço desqualificado

¹¹⁰ NASCIMENTO, op. cit., pg. 229

¹¹¹ Augusto Porto Alegre, na nota nº 33 de sua *A Fundação de Porto Alegre*, cita a descoberta de uma lápide sob as escadarias “que existiam entre a capella do Divino e cathedral” durante uma obra nas mesmas. A pedra com inscrições foi atribuída a alguma sepultura do antigo cemitério da praça ou do adro da igreja. Busquei a notícia nos jornais da época, sem nada encontrar. PORTO ALEGRE, Augusto. *A Fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906, pg. XVII.

¹¹² NASCIMENTO, op. cit., pg. 295

¹¹³ FRANCO, op. cit., pg. 155

para os critérios religiosos e de status social da época” destinado “àqueles mortos que não seriam recordados pela memória dos vivos”¹¹⁴. Quem podia testar (por ter bens a legar) e quem pertencia a alguma irmandade tinha status o suficiente para ser enterrado longe desse espaço, reservado a escravos, indigentes e aos “muito pobres”¹¹⁵.

O adro, a partir de 1779 (início das obras na Matriz), passa a ser referido nas fontes eclesiásticas sob o termo *cemitério*. Esta nova denominação – que serviria para denominar o espaço extramuros fundado na segunda metade do século XIX – designava todas as covas localizadas do lado de fora do templo que, mesmo não sendo “sob as imagens”, tinham caráter santo, *apud ecclesiam*¹¹⁶. A instalação da Matriz, construída graças aos esforços das irmandades de Nossa Senhora Madre de Deus e da São Miguel e Almas, criou a noção de que os enterramentos em Porto Alegre agora estariam sob proteção eclesiástica e aos cuidados das irmandades.

O espaço oposto ao cemitério era o corpo da igreja. Logo nos primeiros anos da nova igreja surgem espaços especiais de enterramento em seu interior, denominados de *covas das irmandades*. A Matriz de Porto Alegre, por volta de 1815, abrigava em seus altares secundários pelo menos cinco irmandades além da do Santíssimo e Madre de Deus: a do Santo Sepulcro, a da Santa Bárbara, a da Conceição, a do Rosário e a de São Miguel e Almas. A irmandade das Dores abandonou esse espaço em 1813, por ocasião da construção de seu próprio templo¹¹⁷.

Todas estas irmandades tinham direito a um número limitado de covas dentro da igreja matriz, que era reservado para os seus membros mais importantes. Localizadas em locais nobres, logo a frente dos altares das divindades protetoras, eram emprestadas aos “mortos de mais qualidade”, geralmente representados pelos irmãos “zelosos e benfeitores”, ou seja, aqueles que em vida ou através do testamento legavam grandes somas de dinheiro ou bens para a(s) irmandade(s) a que pertenciam.

Embora fossem locais nobres por excelência, não eram sepulturas perpétuas. Eram ocupadas por um cadáver de cada vez, cujos restos eram recolhidos após a decomposição

¹¹⁴ NASCIMENTO, op. cit., pg. 229

¹¹⁵ NASCIMENTO, op. cit., pg. 224

¹¹⁶ NASCIMENTO, op. cit., pg. 229

¹¹⁷ NASCIMENTO, op. cit., pg. 288

dos tecidos moles e transferidos para o ossuário da irmandade, localizado no subsolo próximo ao altar do santo padroeiro.

A sepultura de irmandade de mais status da igreja matriz era aquela em sua capela-mor. Pouquíssimos indivíduos poderiam ter a chance de ser enterrados na zona de atuação do Santíssimo Sacramento. Pela documentação, a apenas dois mortos foi concedida esta graça, ambos doadores de vultosas somas para a construção ou reparo de igrejas da freguesia¹¹⁸.

Mesmo estes espaços próximos aos santos eram escalonados. Como ainda existe hoje, grades separavam a área do altar dos fiéis. Dependendo de seu status e poder, o morto poderia ser enterrado além dessas grades, ficando exatamente “aos pés” dos santos. Outro local de prestígio, interpretado pela bibliografia como uma reminiscência de credices medievais, era abaixo das pias batismais, para que os respingos de água benta sob a lápide favorecessem o falecido¹¹⁹.

Além dos espaços das irmandades, a própria igreja detinha em seu interior sepulturas cuja venda era revertida em lucro próprio. As chamadas *sepulturas de fábrica* representam o local de concentração da maior parte dos enterramentos da cidade ao longo do século XVIII. Irmandades que não possuíssem covas próprias ou indivíduos que não eram membros de nenhuma confraria pagavam 1\$600 para a igreja por cada sepultura de fábrica. Assim como as sepulturas de irmandades, estas não eram perpétuas e os ossos eram mais tarde depositados no ossuário da igreja¹²⁰.

Outros locais do prédio também eram requisitados nos testamentos. A porta da igreja ou sua escada de acesso eram consideradas pela religiosidade da época espaços de grande humildade. Por ser onde os pobres e miseráveis se reuniam, nos dias de missa, à espera de esmolas, os mortos que eram ali enterrados de algum modo seriam relacionados à humildade cristã. A sua localização, logo na entrada do templo, também favorecia a oração dos fiéis pela alma dos mortos ali enterrados, pois todos deveriam passar por sobre as lápides para entrar ou sair da cerimônia.

A 17 de abril de 1805 a Coroa envia às Câmaras a primeira ameaça aos enterramentos *ad sanctos*. O Aviso Real informava que:

¹¹⁸ NASCIMENTO, op. cit., pg. 235-236

¹¹⁹ NASCIMENTO, op. cit., pg. 236

¹²⁰ NASCIMENTO, op. cit., pg. 247

“D. João VI ordena que mande destinar, em todas as paróquias da Capitania, um lugar, fora das povoações, murado e com altar, para servir de cemitério. Que as câmaras ajudem com auxílio pecuniário e auxílio persuasivo dos Párocos. E que seja dada benção solene ao terreno.”¹²¹

Embora não se tenha obedecido já nesta época à ordem de criar um cemitério fora dos muros da cidade, as ordens foram transmitidas aos párocos. A partir de 1814, cria-se um novo local para sepultamentos na Matriz: o espaço posterior do templo, onde se localizava o cemitério, foi dividido e em sua porção mais ao sul criaram-se as primeiras catacumbas da cidade.

De 1805 a 1814, segundo Mara Nascimento, alguns enterramentos continuaram a serem feitos dentro do prédio da matriz: apenas inocentes (e mesmo inocentes filhos de escravos) e membros de irmandades garantiram a honra de serem sepultados *ad sanctos* apesar das proibições reais. A partir de 1814, no entanto, a igreja passou por uma série de reformas, ao cabo das quais foram definitivamente extintos os sepultamentos no interior do edifício. Os ossos que lá se encontravam, no entanto, lá continuaram. Nascimento também informa que até este ano haviam sido sepultados no interior do templo 1.272 cadáveres, e mais 1.502 no cemitério atrás deste¹²².

Levando estes números em consideração pode-se imaginar o estado em que se encontrava o subsolo da igreja em 1814, com apenas duas décadas de enterramentos e mais de um milhar de corpos. A invenção das catacumbas compactua com uma fé mais abstrata, que começou a se desenvolver com a Reforma Católica. O culto aos santos, entidades humanas, passa a ser substituído pela crença no Sagrado Coração e no Santíssimo Sacramento, entidades mais “representacionais”. As catacumbas afastaram os mortos das imagens dos homens santos ao mesmo tempo em que limpavam as igrejas dos sepultamentos, tornando-as cada vez mais locais exclusivos para a adoração. Os ossos continuariam em solo sagrado, mas longe dos altares e das santas partículas.

Até este momento, as únicas irmandades que tinham ligação direta com os mortos eram a do Santíssimo, que acompanhava o vigário até a casa do doente para aplicar a extrema-unção, e a São Miguel, que se dedicava a rezar pelas almas que se encontravam no Purgatório. Todas as outras irmandades da cidade se dedicavam a enterrar os irmãos mortos

¹²¹ NASCIMENTO, op. cit., pg. 225

¹²² NASCIMENTO, op. cit., pg. 253-254

ou os pobres, mas tinham outras também funções. A irmandade da Misericórdia, nestes primeiros anos do século XIX, ainda não possuía relação alguma com o cemitério.

Tendo seus membros entre a elite branca da velha cidade, a Misericórdia se dedicava a auxiliar os desvalidos, por meio de seu hospital, pela roda dos expostos, por doações e por eventuais enterramentos. Como o seu cemitério não era terreno santo, ser enterrado na necrópole da Santa Casa era um destino cruel para o cristão. Logo, seus serviços recaíam mais sobre escravos não-batizados e sobre os condenados à morte na forca. No termo da Mesa Administrativa, datado de 28 de abril de 1831 vê-se a indicação para o enterro de protestantes que falecessem no hospital, no terreno anexo ao cemitério, em “cova bem funda”¹²³. Este cemitério logo ficou superlotado, sendo inaugurado outro, do lado de fora dos muros da cidade, como aparece na planta de L. P. Dias (1839).

Durante o cerco farroupilha, a cidade sofreria um sério abalo em suas questões higiênicas. Presos entre as muralhas defensivas e o rio, com os rebeldes do lado de fora, a população se viu obrigada a alterar as Posturas Municipais e trazer para dentro da cidade estruturas que antes ficavam do lado de fora, como matadouros e açougues. Sem água encanada ou sistema de esgoto e com prejuízo no abastecimento de alimentos, logo começaram a ocorrer diversas epidemias, sobretudo de cólera. O número de mortos, que já havia aumentado graças à guerra, começa a se tornar superior à capacidade dos cemitérios. O pequeno campo santo da Santa Casa, localizado fora dos muros, havia se tornado isolado, pois seu portão fora fechado pelas autoridades para impedir a entrada dos farroupilhas, obrigando que o enterro dos pobres e padecentes do hospital se realizasse no cemitério exclusivo dos irmãos da Misericórdia, localizado atrás da sacristia¹²⁴.

Mara Nascimento cita uma fala do vereador Ferreira, de 1837, em pleno cerco farrapo, reclamando das condições em que se encontrava o cemitério da Matriz, superlotado, em que a quantidade de mortos, que aumentava a cada dia, obrigava que novas sepulturas fossem abertas sem que os cadáveres anteriores tivessem se decomposto integralmente¹²⁵. As catacumbas, abertas 23 anos antes, haviam sido uma primeira tentativa de separar o espaço ritual do espaço dos mortos. Porém o cerco farroupilha demonstraria

¹²³ 28/04/1831. Ata de Reunião da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. AHSCM.

¹²⁴ 22/02/1835. Ata de Reunião da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. AHSCM.

¹²⁵ NASCIMENTO, op. cit., pg. 311

que a cidade necessitava de um novo espaço sepulcral. Após passar uma década presa dentro de suas próprias muralhas, finda a guerra, Porto Alegre busca respirar novamente. E uma das primeiras iniciativas dos governantes, mesmo antes de derrubar as fortificações, é buscar um novo espaço para seus mortos.

Capítulo 3

3.1 A Misericórdia acolhe os mortos: cemitério extramuros em Porto Alegre (1850)

O Aviso Real expedido às Câmaras em 1805 não foi a primeira legislação a tratar do assunto. Quatro anos antes, em 1801, uma Carta Régia já havia sido enviada do Reino para os governadores e bispos brasileiros, proibindo o enterro nas igrejas e ordenando a construção de cemitérios extramuros em número suficiente, para impedir a contaminação dos ares da urbe¹²⁶. Tal ordem, no entanto, assim como as suas sucessoras imediatas, não foi obedecida.

O Aviso Real, como apresentado no capítulo anterior, só surtiu efeito em Porto Alegre em 1814, quando de fato foi proibido o enterramento na igreja. Quatorze anos depois, um decreto imperial regulamentava os cemitérios no exterior dos templos religiosos, passando para as Câmaras municipais a obrigação de procurar um local adequado às normas higiênicas para a instalação dos cemitérios extra-urbe¹²⁷. Tal ordem também demoraria muitos anos para ser cumprida.

Neste meio tempo, estoura no Continente a Revolução Farroupilha. Em Porto Alegre, as antigas trincheiras que haviam defendido a cidade dos possíveis ataques espanhóis em 1773 são reformadas e ampliadas, abarcando uma grande porção sudeste que não existia no traçado do século XVIII¹²⁸. Construídas após a retomada da cidade pelos imperiais em 15 de junho de 1836, os muros cercariam a cidade pelos nove anos seguintes, obrigando-a a se reajustar à nova realidade. Estruturas que antes se localizavam fora do aglomerado urbano, por motivos de higiene, tais como açougues e matadouros, foram transpostas para dentro das muralhas. O Código de Posturas foi reformulado para redobrar a fiscalização destes locais.

O diminuto cemitério localizado nos fundos da Santa Casa, nos terrenos do atual hospital Dom Vicente Scherer, acabou ficando do lado de fora dos muros, atrás de um portão fechado por ordem do Conde de Caxias. Os pobres e escravos que agora falecessem no hospital teriam que ser enterrado no terreno antes reservado para os irmãos da Misericórdia, que logo fica superlotado.

¹²⁶ RODRIGUES, op. cit., 1997, pg. 89-90.

¹²⁷ RODRIGUES, op. cit., 1997, pg. 90.

¹²⁸ OLIVEIRA, op. cit., 1993, pg. 84

Afora as vítimas da guerra civil, as condições de insalubridade e racionamento de alimentos e água potável dentro dos muros favoreciam o aparecimento de epidemias, gerando ainda mais cadáveres. Como o enterro dentro dos templos estava proibido, e o cemitério da Misericórdia já funcionava muito acima de sua capacidade, todos os sepultamentos da cidade eram realizados no terreno atrás da igreja matriz, em seu cemitério e catacumbas.

Com dezenas de corpos para ser sepultados todos os dias, pode-se imaginar que as medidas obrigatórias de enterramento não eram respeitadas pelos coveiros. Aliás, mesmo antes do cerco e das muralhas, a situação estava longe do ideal. Sérgio da Costa Franco cita a fala de um vereador, em 1837, que alerta seus colegas sobre o fato de que

No Cemitério da Matriz não se observam as normas sobre profundidade das covas e o espaço entre umas e outras, nem havia indicações sobre a data das inumações, o que levava a serem desenterrados cadáveres em horrível estado de podridão. O espaço era pequeno e se encontrava superlotado de cadáveres¹²⁹.

A situação devia ser semelhante na década de 1840, mas nada foi feito durante a revolução. Finda a revolta, em 1845, uma das primeiras ordens do Barão de Caxias, então Presidente da Província, foi mandar desativar e demolir as fortificações que cercavam a cidade. Tal ação se associa às “transformações sofridas pelas principais cidades oitocentistas brasileiras, quando o Liberalismo se consubstancia em pensamento nacional”¹³⁰.

Para Mara do Nascimento, é preciso compreender os rumos tomados pela questão cemiterial em Porto Alegre, a partir da década de 1840, como parte integrante das reformas urbanas do mesmo período. Segundo a autora, em sua tese de doutorado,

A reforma cemiterial aqui enfocada é situada como um ângulo possível para compreender um fenômeno urbano surgido no Brasil dos anos 1850: o consenso de que a cidade deveria tornar-se, por excelência, o espaço privilegiado da circulação. A circulação e o movimento, como modelos ideais do modo burguês de convivência urbana foram os elementos

¹²⁹ FRANCO, op. cit., pg. 110

¹³⁰ NASCIMENTO, op. cit., pg. 300

*fundantes dos planos urbanísticos para os novos cemitérios*¹³¹.

Pode-se entender estas reformas como seguindo o mesmo modelo que havia sido aplicado nas cidades francesas às vésperas da Revolução de 1789, no mesmo período em que se iniciaram as discussões sobre os cemitérios sítos no centro das povoações:

*(...) abrir ruas, levantar pontes, construir embarcadouros, expandir e multiplicar os mercados públicos, transferir os cemitérios, regulamentar os matadouros, a coleta de lixo, em uma palavra, fazer circular o ar, secar o solo, proteger dos efeitos perigosos dos vapores de matérias pútridas: todas estas precauções favorecem cada vez mais a salubridade da cidade*¹³².

Assim como no reinado de Luis XVI, a Porto Alegre de 1840 e 1850 se dedicou a fazer circular os ares após quase uma década presa dentro de suas próprias muralhas, a começar pelo cemitério.

No Relatório do Presidente da Província de 1846, Luis Alves de Lima e Silva comenta a situação do cemitério da Matriz e aponta as suas soluções para o caso. Vale a pena citar todo o trecho:

Pouco decente, por não dizer mais, era a maneira por que nesta Cidade se enterravam os mortos. Nem mais impróprio podia ser o lugar, quasi no centro da Cidade, e por detraz da principal Igreja, aberto por todos os lados, expostas as sepulturas aos olhos de todos, e servindo esse campo de ruínas de pasto, refugio a quantos animaes por alli vagavam em despeito das posturas da Câmara. E quantas vezes não jaziam á porta da sacristia fechada cadáveres de escravos mal amortalhados e foçados pelos cães errantes! Espectáculo de repugnante desmazela, e já não de horror, que extingue n'alma o sagrado respeito aos mortos, e que tanto, como á vista, offende a moral, e os costumes. Não mennos damnoso era á salubridade pública este tão pequeno cemitério, mas tão apinhado de cadáveres, cuja exhalação, tão sensível ao olphato em dias calorosos, era quase que sufficiente para pejar o ar de partículas deletérias.

Para extinguir o escândalo, e esse foco de miasmas, não julguei dever esperar mais. Fiz com que a Santa Casa de

¹³¹ NASCIMENTO, op. cit., pg 301

¹³² FAVRE, 1978 apud REIS, op. cit., pg. 76

Misericórdia se incubisse da edificação de um novo Cemitério fora da Cidade, em logar escolhido por uma comissão de pessoas entendidas.

Foi designado o Alto da Azenha, como reunindo todos os quesitos necessários para um Campo Santo; e para ajudar a Santa Casa n'esta empresa de tão grande importância para esta Cidade mandei dar-lhe por empréstimo dos Cofres Provinciaes a quantia de 20:000\$000 rs.

A construção de metade do Cemitério feita por arrematação já está concluída, e d'este mez [março de 1846] em diante pode-se alli dar sepultura aos mortos¹³³.

Na época em que passou à Santa Casa a responsabilidade que havia sido legada à Câmara pelo Imperador, o Barão de Caxias era Provedor da instituição. Desta forma, a Irmandade passava a ser responsável pelos mortos da cidade, do mesmo modo com que já cuidava dos doentes, dos órfãos e dos pobres. Ao longo da década mais uma série de empréstimos provenientes dos Cofres Provinciais seriam cedidos para a construção do cemitério.

No mesmo Relatório são citadas outras obras realizadas durante o mandato do Barão, tais como a construção da ponte de pedra do Arroio, para resolver de uma vez por todas o problema da travessia; a construção e embelezamento da Praça do Mercado; da Casa de Correção; do Cais para abastecer o citado Mercado; de pontes localizadas rio adentro, destinadas à captação de água; conserto nas calçadas da vila; alargamento do Caminho Novo (atual rua Voluntários da Pátria), entre outras. Como se pode ver, todas realizações voltadas à salubridade pública e melhorias urbanas.

Apesar da certeza apresentada neste relatório, o cemitério estava longe de ser inaugurado em 1846. Muitas dificuldades teriam que ser superadas antes de se realizarem os enterros no alto da Azenha, sendo a principal delas relativa à estrada que conectava o cemitério à cidade. A Azenha, neste período, ainda era zona rural, ocupada por grandes chácaras. A união deste espaço com a zona urbana começaria com a implementação da necrópole no local.

¹³³ RELATÓRIO do Presidente da Provincia, março/1846, pg. 19-20. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/874/>. Acessado em 31/10/2010.

Porto Alegre se localiza em uma região bastante irregular, com diversos altos e baixos. Pedidos de aterros e enquadramentos das ruas são freqüentemente encontrados na documentação da Câmara, responsável pelas obras públicas da cidade. Com relação ao cemitério não foi diferente. A estrada que o conectaria a cidade, denominada “estrada da Azenha” ou “estrada de Belém”, segue o trajeto da atual avenida João Pessoa, conectando dois Altos, o da Praia e o da Azenha, atravessando uma zona mais baixa e bastante plana. Diversos foram os problemas com tal caminho, que se estenderam por um período além ao da inauguração do cemitério.

Nas Atas da Mesa Administrativa da irmandade, a 11 de setembro de 1845, já demarcado o terreno do cemitério, se discute a construção de um muro na lateral do terreno, para separar o campo santo da “estrada de Belém”. Cinco dias depois, a Mesa autoriza a liberação das verbas para a compra do terreno em que se localizará o muro e o início da construção deste. Quase um ano mais tarde, a construção do mesmo muro ainda estará na pauta das discussões da Mesa¹³⁴.

Em maio de 1846 a Câmara concede novo empréstimo, de dez contos, à Santa Casa, destinados ao aterro da estrada, às obras do muro, e à plantação de espinheiros ao longo deste. Em março do ano seguinte o construtor encarregado das obras é convocado pela Mesa para explicar o porquê da demora, uma vez que o prazo dado havia acabado em janeiro. O muro deve ter sido concluído em algum momento de 1847, pois a partir de 1848 esta discussão desaparece das atas¹³⁵.

A própria Estrada da Azenha se configuraria em uma grande dor de cabeça, tanto para a Câmara quanto para a administração da Irmandade. Sua primeira menção data de 30 de junho de 1848, quando a Comissão de Construção e Melhoramentos do Município decide que o seu trajeto seria “desde a Várzea na direção do lado meridional do Campo Márcio até encontrar o prolongamento da direção da ponte”¹³⁶, ou seja, o trajeto da atual avenida João Pessoa, desde a esquina com a avenida Loureiro da Silva até a ramificação com a avenida da Azenha.

Neste mesmo ano a Mesa Administrativa da Santa Casa já coloca soluções para o problema da estrada. O Provedor sugere comprar, além dos carros fúnebres destinados ao

¹³⁴ ATAS da Mesa Administrativa. 11/09/1845; 16/09/1845; 11/01/1846. Livro 5. AHSCM

¹³⁵ ATAS, op. cit., 17/05/1846; 07/04/1847. AHSCM

¹³⁶ COMISSÃO de Construção e Melhoramentos do Município. 30/07/1848. Caixa 7. AHPAMV

transporte dos mortos, uma carroça reforçada com duas parselhas de bois a mais que o normal. O carro funerário sairia da capela dos Passos, templo localizado ao lado do hospital da Misericórdia, com o caixão e seguiria até o pé da colina da Azenha. Lá o caixão seria colocado na carroça que o levaria até o cemitério, lombada acima, uma vez que os carros não teriam tração suficiente para a subida¹³⁷.

O primeiro enterramento no novo cemitério ocorreu em 6 de abril de 1850. No dia 10 daquele mesmo mês a Mesa Administrativa envia uma solicitação à Câmara, dizendo o seguinte:

*Achando-se a estrada que segue d'esta Cidade para o Cemitério extra-muros carecendo de pequenos consertos, para que offereça livre transito aos carros destinados pela Santa Casa de Misericórdia d'esta Cidade para a condução dos corpos (...) a Mesa (...) roga a Vossas Excelências se mandar fazer com a possível urgência o conserto preciso (...)*¹³⁸.

A Câmara envia o engenheiro encarregado das obras da cidade, Luiz Pereira Dias, à dita estrada para analisar a situação recebendo, seis dias depois, o relatório. A estrada, segundo o especialista, próxima ao cemitério, era bastante imprópria ao trânsito dos carros, por ser íngreme e enlameada. Mas os problemas eram maiores, localizados em todo o trajeto entre a Capela do Senhor dos Passos até o cemitério. Para as diversas reformas necessárias, “não bastará a enorme quantia de 50:000\$000” destinadas a isto¹³⁹.

O engenheiro, no entanto, sugere uma série de pequenos ajustes, totalizando 4 contos de réis, que tornariam a situação da estrada aceitável. E indica um ajuste para auxiliar na subida dos carros:

Um desvio desta estrada para a direita nos terrenos da Santa Casa fazendo-a uma curva com direção ao portão do dito semitério em pouco importará e se conseguirá uma fácil e cômoda subida para o semitério, porém sendo feita neste sentido a estrada poder-se-há justamente considerar a estrada privativamente do semitério da Santa Casa, e a [ilegível] fazer este serviço que será sem dúvida lembrado

¹³⁷ ATAS, op. cit., 10/01/1848. AHSCM

¹³⁸ Solicitação de reparos na Estrada que liga a Cidade com o Cemitério. 10/04/1850. AHPAMV.

¹³⁹ COMISSÃO, op. cit., 16/04/1850. Caixa 7. AHPAMV

*por algum dos zelosos irmãos d'aquela pio estabelecimento*¹⁴⁰.

Este trecho da estrada de fato foi tomado como privativo pela Santa Casa, como se pode ver em requerimento enviado à Câmara em 5 de maio de 1854, novamente reclamando do “péssimo estado” em que se achava a estrada. A Mesa informa que reformará, com seus próprios fundos, “a parte que lhe é correspondente, isto é, a estrada particular que segue para o portão do cemitério” e solicita à Câmara que faça o mesmo com o restante do trajeto, antes “que entre a Estação Invernosa”, para que as chuvas não prejudiquem ainda mais o trânsito do local¹⁴¹.

Novamente, em 3 de novembro de 1860, após mais de uma década de funcionamento do cemitério, o Provedor João Rodrigues Fagundes mais uma vez se dirige à Câmara para solicitar que esta resolva os problemas do caminho. Desta vez, alegando seus direitos sobre a dita estrada, graças aos pios fins a que se destina o estabelecimento sob os seus cuidados, a Santa Casa exige que a Câmara resolva um entrave surgido com um dos antigos proprietários dos terrenos em que se abriu a estrada para o cemitério¹⁴².

João José Machado Rolim, que teria gentilmente cedido um pedaço de suas terras para a abertura do caminho, quinze anos atrás, teria agora pego parte do terreno de volta, avançando com as cercas e prejudicando a largura da estrada, deixando-a com “apenas cem palmos”. A Mesa afirma que dadas as péssimas condições do local, os seus carros fúnebres necessitam de muito espaço para subir a ladeira quase que na diagonal, e que o espaço tomado por Rolim é vital para o bom funcionamento do cemitério. A Câmara resolveu a questão a favor da Santa Casa¹⁴³.

O cemitério esteve pronto para ser inaugurado – segundo a presidência da província e os membros da Mesa – em mais de uma ocasião. Fora as já citadas, em 30 de agosto de 1847 a Mesa informa ao Presidente que as obras estão concluídas e só esperam a conclusão das cocheiras. A inauguração do cemitério é agendada para “princípios de novembro futuro”¹⁴⁴. As cocheiras estavam sendo construídas em terreno pertencente à Irmandade em

¹⁴⁰ COMISSÃO, op. cit., 16/04/1850. Caixa 7. AHPAMV

¹⁴¹ Requerimento da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia. 05/05/1854. Comissão de Construção e Melhoramentos do Município, Caixa 8 AHPAMV

¹⁴² Requerimento do Provedor da Santa Casa de Misericórdia. 03/11/1860. AHPAMV

¹⁴³ Requerimento do Provedor da Santa Casa de Misericórdia. 03/11/1860. AHPAMV

¹⁴⁴ ATAS, op. cit., 30/08/1847. AHSCM

frente à Várzea, mais ou menos na atual João Pessoa, em frente ao Campo da Várzea, atualmente parte do Campus Centro da UFRGS.

Em janeiro de 1848 a Mesa aprova a compra de uma cruz para ser colocada no centro do cemitério, tornando-o santo. A equipe necessária – coveiro, porteiro, bolieiro, escravos, etc – é providenciada nos meses seguintes. O primeiro Regimento do Cemitério¹⁴⁵ é elaborado e a benção do espaço, com a presença de todos os irmãos e das autoridades da cidade, é agendada para novembro daquele ano mas, como já dito, as obras na estrada frustraram os planos de inauguração.

Em abril de 1850, devido à ameaça de febre amarela que pairava sobre a cidade¹⁴⁶, os enterramentos começam a serem feitos no cemitério da Azenha. O primeiro cadáver lá sepultado foi o do marinheiro português José Domingues, de 50 anos, falecido em 5 de abril daquele ano por suspeita de febre. Domingues era prático em um *yatch* que fazia o percurso Porto Alegre – Rio Grande, transportando mercadorias, e faleceu a bordo. Quando o cadáver chegou à Capital foi proibido de ser sepultado e velado no cemitério da Matriz, por ordem do Presidente da Província. Era um dia de muito calor, e tinha-se medo de que o corpo apodrece-se rapidamente, facilitando o contágio¹⁴⁷.

O bispo ordenou ao provedor da Santa Casa que sepultasse o corpo no cemitério extramuros, ainda não inaugurado. A estrada da Azenha também se encontrava em obras, e os carros fúnebres, mandados vir do Rio de Janeiro pela Santa Casa, ainda não haviam sido entregues. Afinal, em uma carreta emprestada por um particular, se fez o enterro do corpo de Domingues. Seu registro de óbito, inaugurando o Livro de Registros do cemitério, assim o diz:

1.º José Domingues, idade 50 anos, natural de Portugal, prático do rio, desta cidade para o Rio Grande. Faleceu em 5 de abril de 1850¹⁴⁸ e foi sepultado em 6 do mesmo dito mês e ano, no Campo Santo, na sepultura n.º 1. Declara que este corpo foi mandado para o cemitério por ordem superior que vão apresentar por escrito em razão de se presumir que a sua morte tenha sido de febre amarela. O seu sepultamento foi encarregado a um negro que acompanhou o mesmo corpo, não se tendo por esta repartição tomado conhecimento

¹⁴⁵ Aprovado pelo Imperador em 11/12/1848.

¹⁴⁶ Conforme consta na Ata da Mesa Administrativa da Santa Casa, de 14/04/1850. AHSCM

¹⁴⁷ FORTINI, op. cit, pg. 129

¹⁴⁸ O autor transcreveu como “1650”. É um erro grosseiro e impossível, portanto cito já corrigido.

algum, mais do que consentir-lhe o sepultamento, em razão de não haverem ainda ordens para enterrarem os corpos no cemitério extra-muros. Porto Alegre, 23 de maio de 1850 – O encarregado da cocheira Luiz Antonio Bastos¹⁴⁹.

Baseando-se nas tradições funerárias do período, apresentadas no primeiro capítulo, logo se nota as atitudes estranhas tomadas no funeral de José Domingues. A ausência dos sacramentos é justificável, uma vez que este faleceu – repentinamente, suspeito – a bordo, sem a presença de um religioso. Porém, a proibição de sua encomenda na igreja matriz e o acompanhamento de seu corpo feito apenas por um escravo, sem nenhum padre ou pároco, é bastante surpreendente.

O Relatório entregue pelo Presidente ao final de 1850 não apresenta uma tabela de óbitos daquele ano, muito menos traz qualquer notícia de epidemias de febre amarela na cidade. Isso me leva a crer que ocorreram exageros por parte da administração municipal perante o caso de José Domingues. A partir da análise das fontes estudadas, não posso explicar porque a estréia do cemitério se deu em abril de 1850, uma vez que as obras no espaço não haviam sido concluídas, os carros não haviam sido entregues, e a estrada não estava em condições para receber tal trânsito.

A única explicação aceitável se refere à situação crítica em que se encontrava o único cemitério intra-urbe da cidade. O relatório do Presidente traz o seguinte:

Com effeito ás inhumações verificadas no pequeno terreno que fica por detraz da Igreja Matriz, futura Cathedral desta Cidade, compromettia todas as idéias de civilisação, de piedade, e de prudência relativa á sua salubridade. Os animaes descobrião os cadáveres, quando quizessem, e exhalações mephiticas darião força ás moléstias epidêmicas (...)¹⁵⁰.

O mesmo relatório critica a escolha do local do cemitério, chamando de inconveniente por causa das ondulações do terreno e do estado da estrada, mesmo após sucessivas obras e melhorias. Cita que o terreno pouco além dos Moinhos de Ventos seria mais adequado, mas que não há mais solução a esta altura. Para remediar a situação, ordena aos engenheiros da Câmara de “dar direção a esta subida” resolvendo a questão da estrada

¹⁴⁹ FORTINI, op. cit., pg. 129

¹⁵⁰ RELATÓRIO do Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no. 1.o de outubro de 1850. pg. 41-42

“levando-a primeiro em só ramal, e em linha reta, e depois dando volta ao morro até o portão do cemitério”. Este contorno, que circunda a atual Praça da Saudade, resolveu por um bom tempo a questão da subida dos carros fúnebres ao cemitério, por suavizar a inclinação do morro¹⁵¹.

O cemitério, seguindo o padrão da época, era apenas a parte murada, onde se enterravam os livres. Duas outras regiões, o Campo Santo, para enterro de forros e soldados, e a região Extra-muros, para escravos e protestantes, completavam o conjunto funerário. De acordo com o Regimento de 1848, o cemitério se configurava, naquela época, da seguinte forma: uma fachada voltada para norte-noroeste, com 128,7 m tendo no centro um portão de ferro batido. Dois muros laterais, um ladeando a estrada da Azenha, de 65, 45m de comprimento completavam o conjunto. Nos fundos, separando o Campo Santo do local de enterramento dos irmãos e contribuintes, havia um arvoredo, mais tarde substituído por um portão de ferro. Este conjunto todo é relativo às atuais quadras 2 e 3. O portão que hoje porta a inscrição latina *Revertere ad locum tuum* está localizado no local do antigo portão frontal. Duas construções feitas no muro frontal funcionavam como escritórios, e um anexo localizado próximo ao Campo Santo era o alojamento do coveiro, que deveria morar no cemitério.

O novo cemitério que, de acordo com a Postura aprovada em 6 de abril de 1850, deveria receber a todos os extratos da população, se tornando o único local autorizado por lei a realizar enterramentos na cidade era, como não podia deixar de ser, geograficamente dividido em categorias hierárquicas. De acordo com o Regulamento de 27 de novembro de 1850, o espaço estava disposto em

jazigos gerais e reservados. Os gerais dividem-se em três classes: 1o. jazigos em catacumbas e sepulturas para os contribuintes; 2o. para as praças de pret.¹⁵², enquanto uma irmandade militar não tomar a si algumas catacumbas; 3o. sepulturas para os marinheiros e pobres: estes últimos não poderão ser considerados tais sem que se apresente atestado do respectivo vigário, ou de qualquer autoridade policial, que assim o declare. Os reservados serão: 1o. uma parte do muro com catacumbas, exclusivamente destinadas aos irmãos da Santa Casa da Misericórdia; 2o. jazigos por catacumbas para cada uma das corporações religiosas e irmandades que as

¹⁵¹ RELATÓRIO, op. cit., 1850, pg. 27

¹⁵² Militares de alta patente, para diferenciá-los da soldadesca.

quiserem ter suas separadamente: a estes jazigos corresponderá uma porção de terreno para sepultura aberta ao ar livre; 3o. jazigos particulares e perpétuos para as famílias que os queiram possuir. Estes jazigos serão compostos de uma linha vertical de catacumbas com um subterrâneo correspondente à frente das catacumbas, segundo o plano geral da obra, para se guardarem neste subterrâneo os ossos da várias pessoas de famílias, segundo o capricho de seus parentes¹⁵³.

A Santa Casa, por decisão da Câmara, detinha agora o monopólio dos enterramentos na Capital. O dinheiro arrecadado com os enterros seria usado para pagar os diversos empréstimos que a municipalidade havia feito à irmandade para a construção da necrópole e as obras na estrada. Deste modo, a antiga incumbência das irmandades em garantir o enterro de seus irmãos ainda permanecia, mas ao invés de realizarem o sepultamento em suas capelas ou nas covas na Matriz, agora deveriam pagar à Misericórdia para realizar o enterro em seu cemitério. De acordo com o Regimento, só seria permitido o transporte dos cadáveres nos carros privativos da Misericórdia, o que adicionava um gasto extra ao custo necrológico.

Apesar de estar sob o encargo de uma irmandade leiga, o cemitério ainda continuava bastante atrelado à Igreja. A tese defendida por Mara do Nascimento em seu trabalho *Irmandades leigas em Porto Alegre* é a de que esta permanência dos agentes que conduziam os sepultamentos nas igrejas no novo modelo cemiterial, localizado longe dessas, foi o principal fator que evitou acontecer em Porto Alegre revoltas semelhantes as que ocorreram em Salvador ou em Portugal. Apesar de não ser mais anexo aos templos, o cemitério ainda precisava ser bento pelo pároco para ser devidamente inaugurado, e era necessário um atestado de óbito assinado por um padre para sepultar cada corpo.

O Campo Santo se detinha à sepultura dos economicamente desfavorecidos, marinheiros (o que explica o enterro de José Domingues nesta área) e soldados. Perante um atestado de pobreza, estes cadáveres eram gratuitamente transportados e sepultados pela irmandade, que dava continuidade a sua razão de ser: prestar assistência aos desvalidos. Dois espaços reservados, localizados do lado de fora e cercados por “altos muros”, se

¹⁵³ NASCIMENTO, op. cit., pg. 298.

destinavam ao enterro dos escravos¹⁵⁴ e ao dos praticantes das outras religiões que não a católica.

Desde 25 de agosto de 1849 a Santa Casa se dispunha a oferecer um espaço reservado à irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Madre de Deus para o enterro de seus irmãos, mas esta, porém, adiava as discussões¹⁵⁵. Em um ofício enviado ao Presidente da Província pela coligação das irmandades do Santíssimo, da Conceição, de São Miguel e do Rosário estão os motivos para tal recusa:

Mmo Exmo Senhor Presidente da Província

Não se compadecendo a prohibição que ultimamente houve da inhumação dos corpos nos recintos dos Templos, e jazigos com a disposição dos compromissos das Irmandades do SS SS, Conceição, São Miguel, e Rozario desta Cidade, que sempre gozarão desse indulto, entretanto resignadas obedecerão a semelhante ordem pela convicção de que alguma utilidade della resulta; porem cõscias as mesmas Irmandades de que tirada essa garantia, única, que offerece os compromissos para compensar o Onus que partilha cada Irmão, deixarião de existir, com o que grave damno se seguiria para o Culto externo; assim para conciliar o duplo fim do progresso do Culto, e das Irmandades, congregadas estas convierão na criação de um Cemitério extramuros, para cujo fim acharão hum terreno na Azenha aquém do actual Cemitério da Caridade, que offerece as incalculáveis vantagens de ser o mais próximo, menos dispendiozo e próprio para o reverente fim a que se propõem, para o que já obtiverão á premissão do Exmo e Redmo Senhor Vigário Geral da Província, na parte que lhe hé compatível como verá V. Excia do documento junto, e não podendo, levar a cabo sua tão justa, como louvável pretenssão sem a intervenção da Authoridade de V. Excia em quem as mesmas Irmandades encarão a mais sabida protecção, por isso authorizarão ao abaixo designado, Acácio Joaquim Correa, seu Provedor para por ellas, e em nome dellas impetrar de V. Excia úm tal deferimento, e por essa razão o mesmo abaixo assignado submisso, e respeitosaente

¹⁵⁴ Estes passaram para o lado de dentro, para o Campo Santo, em 1884, quando da abolição da escravatura na cidade.

¹⁵⁵ ATAS, op. cit., 25/08/1849; 14/01/1850. AHSCM

V. Excia digne a autorizar, e permitir que as mesmas Irmandades para afim requerida, de cuja graça, Porto Alegre, 23 de agosto de 1850. Acácio Joaquim Correa¹⁵⁶.

A coligação das irmandades desejava um cemitério próprio, para evitar os grandes gastos que teriam pagando a Santa Casa os valores que antes iriam para os seus próprios cofres.

Apesar da autorização do Vigário Geral, o monopólio da Misericórdia era aceito pela presidência da Província. Assim sendo, em 1866 a São Miguel compra da Santa Casa a décima sexta parte de seu terreno, criando assim o seu primeiro cemitério extra-muros. Dois anos depois a irmandade de Santa Bárbara faz o mesmo, adquirindo da Misericórdia uma área ao lado da pertencente a São Miguel. Estes espaços ficavam dentro do terreno do cemitério da Santa Casa, logo as irmandades ainda eram obrigadas a pagar para a Misericórdia a taxa de utilização, toda vez que realizassem um funeral. Estes espaços foram doados para a Santa Casa quando a São Miguel adquiriu seu próprio cemitério, no lado oposto da avenida Oscar Pereira, e quando a irmandade de Santa Bárbara foi extinta. Em 1945 a Misericórdia batizou com o nome das irmandades as galerias construídas no espaço que estas ocupavam, na região posterior do cemitério, limitando a parte denominada Histórica (composta, atualmente, pelas quadras de número 1 a 5) do Campo Santo¹⁵⁷.

Havia um espaço reservado, no cemitério da Santa Casa, para o enterro dos irmãos e contribuintes das demais irmandades. De acordo com o artigo 7º do primeiro capítulo do Regimento de 1848,

As Corporações Religiosas separaráõ as catacumbas, e porção de terrenos que necessitarem para jazigos de seus Irmãos, mediante uma indemnisação para a Santa Casa, que será convencionada¹⁵⁸.

¹⁵⁶ OFÍCIO das Irmandades Conceição, São Miguel e Rosário. 23/08/1850. Comissão de Construção e Melhoramentos do Município, Caixa 7, AHPAMV

¹⁵⁷ Informações retiradas do site do Cemitério, <http://www.cemiteriosantacasa.com.br/sobre-cemiterio/historia/121.aspx> Acessado em 03/11/2010.

¹⁵⁸ COPIA do Regimento para o Cemitério da Cidade de Porto Alegre. 1849, pg. 4. AHSCM

As catacumbas e sepulturas dos irmãos e contribuintes se localizavam bem a frente, próximas ao portão, em local enxuto e bem visível, distante do Campo Santo. Pode-se imaginar que a configuração era semelhante à encontrada por Hermann Wendroth na cidade de Rio Grande, em 1852.

As sepulturas no chão, de acordo com o artigo 48 do capítulo 6, teriam de 7 a 9 palmos de comprimento, 3 de largura e 6 de profundidade para os adultos. Para os menores de dez anos as medidas seriam 4 a 6 palmos de comprimento, 2 de largura e 4 de profundidade. O artigo seguinte informa que as sepulturas “serão destruídas regularmente pelo terreno, e este subdividido em ruas espaçosas, plantadas de Arvoredo apropriado, precurando-se sempre guardar a ordem e simetria”¹⁵⁹.

Arborizado e planejado, o cemitério começava a se parecer cada vez mais com a cidade dos vivos, se afastando do espaço mortuário caótico que categorizava o local de enterramento dos fundos da igreja Matriz. Os mortos portoalegrenses, desde o início da Revolução Farroupilha até a abertura do extramuros, estavam em uma situação considerada



Figura 2: Cemitério de Rio Grande c.1852. Aquarela de Hermann Wendroth.
[Http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Wendroth22.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Wendroth22.jpg) Acessado em 22/11/2010

¹⁵⁹ COPIA, op. cit., 1849, pg. 18. AHSCM

longe do ideal. O aperto em que o cemitério se encontrava, no centro da cidade, impedia a realização plena do conceito nomeado por João José Reis de “geografia social da morte”: a distribuição espacial hierarquizada, que mantinha os mortos “em seus lugares”, tais como a hierarquia social separava, em vida, os estratos sociais.

O planejamento urbano da nova necrópole – muros que separavam a área de enterramento para os irmãos e contribuintes do Campo Santo reservado aos pobres e da área externa, local dos escravos e não-católicos; avenidas e ruas amplas, que demarcavam o limite entre os quadros, evitando que se aglomerassem os túmulos; ambiente arborizado e ajardinado¹⁶⁰ - garantia que o espaço privado de cada morto seria preservado. Apesar de ter uma área muito menor que a atual, o espaço entre-muros do cemitério tinha, em 1850, quase o dobro de área útil do que seu antecessor, nos fundos da matriz. Era o suficiente para a população da época, estimada em torno de 18 mil habitantes¹⁶¹, e sucessivas reformas e ampliações ao longo das décadas garantiriam o melhor aproveitamento deste espaço.

3.2 Primeiros usos do espaço: os mortos de 1850 e 1851

Analisei os registros de óbito referentes aos enterramentos de livres feitos nos dois primeiros anos do cemitério, para compreender como se deu a incorporação de um novo espaço – e de novas práticas – mortuárias pela população da cidade nos anos de 1850 e 1851. A divisão temporal foi feita de modo arbitrária, considerando o curto espaço de tempo que tinha disponível para esta pesquisa. No entanto, creio que foi uma divisão acertada. O ano de 1852 possui algumas mudanças que alteram algumas configurações do cemitério, como a aquisição de novos lotes de terra para a sua primeira expansão¹⁶⁴ ou a benção tardia da necrópole, realizada na mesma data que a primeira missa rezada na recém inaugurada capela contígua¹⁶⁵. Assim, a análise que apresento a seguir se refere a um momento em que o cemitério ainda não estava plenamente inaugurado – pois ainda se encontrava em obras e não estava bento – mas já se encontrava em utilização.

¹⁶⁰ Os mortos ganharam, ao mesmo tempo que os vivos, locais arborizados em suas moradas. Parte das estratégias de renovação dos ares da cidade deste período foi a criação das primeiras praças verdes da cidade: a Independência, atual Praça Argentina, em 1857; e a Harmonia, atual Brigadeiro Sampaio, em 1865. FRANCO, op. cit., 1988, pg 43 e 361

¹⁶¹ Referente ao ano de 1858. FORTINI, op. cit., pg. 29

¹⁶⁴ ATAS, op. cit., 20/05/1852, AHSCM

¹⁶⁵ Jornal “Correio do Sul” de 28/10/1852. MCSHJC

Foi analisado o Livro Primeiro de Óbitos Livres referente aos enterramentos realizados entre 6 de abril de 1850 e 29 de dezembro de 1851 no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Os números encontrados não representam a totalidade dos mortos enterrados no período, pois há outros dois livros que registram os óbitos de escravos e os de praticantes de outras religiões, ambos enterrados fora dos muros do cemitério.

A análise foi feita visando-se compreender quais os tipos de mortos que eram sepultados nas diferentes zonas da necrópole. Como este trabalho se dedica a analisar a geografia social da morte no local, os falecidos foram discriminados levando-se em conta a cor da pele, estrato social, profissão, nacionalidade e local de enterramento/tipologia de túmulo. Títulos ou ascendências de nobreza, quando possíveis de serem identificadas, também foram considerados nesta análise.

Para o biênio 1850-1851 existiam três locais ou tipos de túmulos disponíveis aos mortos livres: as catacumbas, localizadas nas paredes junto aos muros do cemitério; as sepulturas, túmulos junto ao solo; e o Campo Santo, local destinado aos pobres e militares, com covas junto ao solo sem caráter permanente. Os mortos, por sua vez, eram diferenciados em três grandes grupos: os contribuintes e familiares de contribuintes da Santa Casa de Misericórdia; os irmãos e familiares de irmãos da irmandade Nosso Senhor dos Passos, vinculada à Santa Casa; e um terceiro grande grupo que não sendo irmão ou contribuinte, poderia ser enterrado tanto no Campo Santo (se preenchesse os pré-requisitos), quanto em sepulturas ou catacumbas não destinadas aos anteriormente citados.

As Catacumbas e Sepulturas para os Contribuintes da Misericórdia são referentes à primeira classe dos jazigos gerais, citados no início deste capítulo. Eram jazigos que não estavam reservados a um grupo específico, podendo abrigar todos aqueles que tivessem feito doações para a irmandade, mas se diferenciavam dos outros jazigos gerais (as do Campo Santo e as das Ordens Militares) por ocupar um local de destaque, bem à frente, junto ao portão principal do Cemitério.

Encontramos 99 enterramentos nas Catacumbas dos Contribuintes, sendo 57 para o ano de 1850 e 42 para o seguinte. Cada catacumba custava 20\$000 réis para adultos e 10\$000 para menores de dez anos¹⁶⁶. Apesar do local diferenciado, não localizei nenhum padrão claro para os mortos nelas sepultados. Tem-se, por exemplo, sepultados ao lado de

¹⁶⁶ REGIMENTO, op. cit., 1849, pg. 16

netos de barões e viscondes, sete pardos e dois pretos africanos. Há registros também de alguns militares, sem que se informe a patente, mesmo que a maioria destes esteja enterrada no Campo Santo.

O caso de João Bloen, sepultado na catacumba nº 29 da 3ª ordem é ilustrativo para demonstrar o quanto o local da sepultura continuava a ser importante. Bloen, natural da Alemanha, súdito brasileiro de 56 anos, morreu em 21 de abril de 1851 “de suicídio com arma de fogo”¹⁶⁷. Apesar da legislação eclesiástica impedir o enterramento daqueles que tentassem contra a própria vida em solo sagrado, havia meios de se burlar esta regra. João José Reis, comentando sobre os sepultamentos *ad sanctos* afirmou que

Se a escolha da igreja e do tipo de túmulo podia variar, havia uma atitude comum a todos: o desejo de enterro em igreja. Ser enterrado fora era sinal de grande infortúnio. Os vivos faziam de tudo para que a seus mortos fosse dado enterro eclesiástico.(...) Os suicidas não tinham direito ao sepultamento eclesiástico, a não ser que fossem loucos. E os vivos se empenhavam em proteger seus mortos dessa desgraça adicional...¹⁶⁸

Não analisei o registro de encomenda de Bloen, que poderia resolver esta questão, mas é provável que seus familiares tenham alegado que este estava alienado em seus últimos momentos, não tendo se suicidado em pleno juízo.

As sepulturas para os contribuintes apresentam um quadro similar, em que não se distingue um padrão claro. Tem-se um total de 210 mortos sepultados nestes espaços, 33 em 1850 e 177 em 1851. Não encontrei um motivo para uma disparidade tão grande entre os dois anos; as *causas mortis* são similares, não apontam para epidemias ou quaisquer outras razões para alta mortalidade.

Novamente se repete o quadro de se ter pessoas de estratos sociais distintos em um mesmo espaço. Desta vez, no entanto, não foram listados nenhum preto, mas há 17 pardos e 3 chinas. Há também um maior número de profissões informadas, mostrando proprietários de gado sendo sepultados ao lado de pedreiros e carpinteiros. Há, novamente, o caso de um suicida, Manoel da Silva Braga, português morto de “suicídio voluntário por arma de

¹⁶⁷ Registro 622 do Livro 1º de Óbitos Livres. AHSCM

¹⁶⁸ REIS, op. cit., pg. 192

fogo”¹⁶⁹. Apesar da citação ao ‘voluntário’, Braga está em terreno santo e deve ter passado pelo mesmo processo de alegação de insanidade que o de João Bloen.

As sepulturas são mais baratas que as catacumbas, custando 2\$000 para adultos e 1\$280 para menores de dez anos, o que talvez explique um acesso mais facilitado a estes espaços. O Regimento do Cemitério não informa quanto era necessário doar para ser considerado um “contribuinte”; considero que qualquer valor era considerado, até porque os grandes doadores eram, em geral, irmãos de alguma confraria, e tinham direito aos locais de ainda mais destaque para seus túmulos.

Lembrando que as primeiras irmandades a comprar um lugar privativo no cemitério o fizeram na década de 1860, o que se encontra nestes primeiros registros informa apenas a pertença à Irmandade do Senhor dos Passos. É possível que os membros das demais ordens estejam nas sepulturas e catacumbas que não indicam pertença alguma. Para confirmar esta hipótese seria preciso consultar os registros da Cúria, coisa que não realizei nesta pesquisa.

Os mortos relacionados à Senhor dos Passos representavam a elite porto-alegrense do período. Foi possível localizar muitos dos nomes dos falecidos sendo citados nas atas da Mesa Administrativa, identificando-os como membros da Mesa ou seus familiares. Para os sepultados em Catacumbas, obteve-se 25 falecidos em 1850 e mais 18 no ano seguinte, totalizando 43 mortos.

Para estes há um claro padrão. Fora o pertencimento da maioria à Mesa, não se tem, por exemplo, nenhum preto ou pardo, sendo todos brancos, brasileiros ou estrangeiros. A partir do *Nobiliário Sul-Riograndense*¹⁷⁰, foi possível identificar que, embora nenhum dos falecidos do biênio tivesse título de nobreza, 4 eram parentes próximos (filhos ou netos) de nobres, e outros 2 pertenciam a famílias tradicionais da cidade.

Pode-se citar, a título de exemplo, Manoel de Freitas Travassos, falecido em 6 de janeiro de 1851 e sepultado na catacumba “das destinadas aos Irmãos da Irmandade do Senhor dos Passos nº 56 da 1ª ordem”¹⁷¹. Travassos é descrito por Costa Franco como sendo uma “figura de destaque e influência no princípio da Vila de Porto Alegre, de cujo

¹⁶⁹ Registro 886 do Livro 1º de Óbitos Livres. AHSCM

¹⁷⁰ CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-Riograndense*. Porto Alegre: Of. Graf. Da Liv. Do Globo, 1937

¹⁷¹ Registro 414 do Livro 1º de Óbitos Livres. AHSCM

Auto de Criação foi um dos signatários”¹⁷². Seu filho foi Provedor da Irmandade de 1847 a 1849.

É interessante notar que dos 25 óbitos de 1850, 18 são identificados como sendo de familiares de Irmãos (16 filhos, uma esposa, uma viúva). O efeito se repete no ano seguinte, quando 15 dos 18 falecidos são identificados como filhos ou cônjuges de membros da irmandade. Descendentes, ascendentes ou esposas de irmãos tinham direito às mesmas regalias que estes, incluindo sepultura e transporte funerário com os mesmos graus de pompa e circunstâncias. Em um período em que ainda não existiam os jazigos familiares perpétuos (os grandes mausoléus do final do império, por exemplo), ser sepultado nos jazigos destinados aos Irmãos era a honraria máxima, muito aproveitada pelos parentes da elite regional.

As sepulturas dos irmãos dos Passos representam quase que um micro-cosmos relacionado às catacumbas da mesma ordem. Tem-se apenas 8 registros de enterramento nesses jazigos, todos datados de 1851. Novamente não se tem nenhum indivíduo não-branco, e apenas um dos mortos é irmão, todos os restantes são parentes.

João José Reis, quando analisa o surgimento das catacumbas como uma alternativa às sepulturas sob o piso das igrejas, informa que estas logo se tornaram o local preferido daqueles que podiam pagar para serem sepultados no novo espaço. A catacumba, ainda dentro do templo, seria o local de maior prestígio para armazenar os cadáveres¹⁷³. Provavelmente isto explique porque as catacumbas da irmandade tenham uma presença maior de irmãos do que as sepulturas, onde predominam os descendentes destes: apesar dos parentes diretos terem direito à sepultura em local nobre, o irmão ainda teria preferência.

As catacumbas da irmandade dos Passos eram jazigos do tipo *reservados* e se localizavam, segundo o Artigo 2.º do primeiro capítulo do Regimento, em “uma parte do muro (...) **exclusivamente** destinada aos Irmãos da Santa Casa”¹⁷⁴. As sepulturas não são citadas neste Regimento, mas aparecem no de 1889: “Os reservados destinam-se: aos irmãos da Santa Casa de Misericórdia, que poderão ser em catacumbas, carneiros ou

¹⁷² FRANCO, op. cit., pg. 408

¹⁷³ REIS, op. cit., pg. 178-179

¹⁷⁴ REGIMENTO, op. cit., 1849, pg 3, grifo meu. AHSCM

sepulturas, a vontade dos parentes ou testamentários do falecido”¹⁷⁵, ficando na mesma porção de terreno que as catacumbas, ao norte, junto ao portão principal.

Afora os jazigos para a elite sócio-econômica, o cemitério possuía o Campo Santo como local especialmente destinado a dar continuidade ao trabalho da Misericórdia no amparo aos desvalidos: pobres, indigentes, militares e aqueles que não tinham condições de pagar por um túmulo eram para lá conduzidos e sepultados gratuitamente. Considerando-se o elevado percentual de mortos sepultados lá, ou cerca de 60% dos óbitos do período analisado, conclui-se que o auxílio *post mortem* aos pobres era uma das principais razões de ser do cemitério.

Foram 282 enterramentos realizados nos oito meses de 1850, e mais 332 durante o ano de 1851. Do total, mediante apresentação do comprovante de pobreza, 383 foram enterrados gratuitamente, sendo que mais da metade também teve condução gratuita. O número de enterros pagos pela Caridade pode ser ainda maior, uma vez que a informação só começou a aparecer no registro de óbito a partir de 22 de agosto de 1850.

O público alvo é bastante variado, mas nota-se claramente ser constituído pelos desfavorecidos da sociedade. Contabilizou-se 59 expostos, sendo 53 deles sepultados sem custo; 87 marinheiros e soldados, sendo 75 gratuitos; 5 presos da Casa de Correção e 3 mendigas.

Os mortos do Campo Santo também contabilizam a maioria da população não-branca enterrada no cemitério no biênio. Para o ano de 1850 tem-se 129 não brancos¹⁷⁶, o que corresponde a mais de 45% dos enterrados no Campo Santo no período. Em 1851 o número aumenta, sendo 212 não brancos¹⁷⁷ ou quase 64% dos sepultados naquele local. Somando-se os anos percebe-se que o Campo Santo sozinho corresponde a mais de 98% de todos os não-brancos sepultados no cemitério.

Localizado na porção posterior do cemitério, a área do Campo Santo foi sendo empurrada – e aumentada – cada vez mais para o sul-sudeste conforme as áreas mais nobres do cemitério precisavam se expandir. As atuais quadras numeradas de 4 a 13 se encontram na área que era utilizada para o enterro dos indigentes em 1850. As covas eram

¹⁷⁵ REGULAMENTO do Cemitério da Cidade de Porto Alegre. 18/junho/1889, pg. 2. AHSCM

¹⁷⁶ 69 pardos; 42 pretos; 14 chinas; 3 crioulos; 1 índio.

¹⁷⁷ 90 pretos; 90 pardos; 18 chinas; 6 caboclos; 4 índios; 3 cabras; 1 mestiço

(e ainda são) identificadas por pequenas cruzetas de metal, que portam o nº do registro de óbito, evitando-se que sejam abertas sepulturas ainda “frescas”¹⁷⁸.

Fora os jazigos já citados ao longo deste capítulo constam no Livro 1º de óbitos do cemitério outros 56 registros, dos quais classifiquei 43 como sendo de *sepulturas não identificadas*, 11 como *catacumbas não identificadas* e 2 como “outros”. Estes termos não aparecem na documentação, porém tenho receio de classificar estes túmulos como sendo os *jazigos particulares* citados no 3º item do Artigo 2.º do Regimento de 1849 por falta de mais informações. Estes jazigos poderiam ser adquiridos por indivíduos ou famílias e, mediante o pagamento de 2 contos de réis, poderiam adquirir perpetuidade de 99 anos, renovável perante novo pagamento. Se localizariam da metade do cemitério até o portão de acesso do Campo Santo¹⁷⁹.

Os 11 sepultados em catacumbas formam um grupo heterogêneo de 10 brancos e uma parda; empregados públicos; filhos de irmãos da Santa Casa; capitães do Exército ou parentes de militares. Todos os enterros e transportes foram pagos pelo falecido ou seus familiares.

As 43 sepulturas, com exceção de só se encontrarem em 1851, possuem um quadro bastante semelhante aos das catacumbas supracitadas. Quarenta e uma pertencem a brancos e duas a pardos. Proprietários de gado compartilham o espaço com alferes e funileiros. Neste caso, no entanto, tem-se 5 sepultamentos gratuitos e diversas conduções feitas em veículo particular (ou seja, não no carro fúnebre do cemitério), sendo que um dos transportes em carro da Santa Casa sofreu um abatimento de cinco mil réis por ordem do Provedor.

Os dois óbitos restantes, classificados por mim como “outros”, por não se encaixarem em nenhuma categoria, se referem a anomalias funerárias. O primeiro, identificado apenas como “Reg. 536” na fonte, representa um inocente de cor branca que foi deixado como exposto na Igreja Matriz e veio a falecer antes de receber auxílio. Por não ter sido batizado, foi enterrado “fora do eclesiástico”. O segundo caso, Reg. 657B, ou Maria Thereza de Jesus, era uma preta, de Nação Benguella, morta a 5 de maio de 1851 em decorrência de uma inflamação. O encarregado do cemitério não recebeu o corpo e este foi

¹⁷⁸ NASCIMENTO, op. cit., pg. 317

¹⁷⁹ REGIMENTO, op. cit., 1849, pg. 3. AHSCM

enviado a São Leopoldo, para lá ser sepultado. Nenhuma razão para tal é informada no registro.

Com isto encerro a explanação sobre os 1030 livres falecidos no período de março de 1850 a dezembro de 1851. Busquei, sempre que possível, associar os mortos aos seus locais de sepultamento dentro do quadrante do cemitério. Apoiado nos dados apresentados por João José Reis, Mara do Nascimento e Cláudia Rodrigues, reafirmo a grande importância que o local de repouso do corpo tinha para os indivíduos que faleciam ainda sob a vigência de uma morte domesticada, embora esta mentalidade estivesse perdendo espaço para uma concepção mais selvagem, nos termos cunhados por Phillippe Ariès.

O local de sepultamento, além de garantir que o morto descansasse eternamente ao lado de seus pares, indicava o prestígio e status deste. Para Mara do Nascimento, em uma sociedade de Antigo Regime, onde a pompa, o luxo e a ostentação estavam intimamente relacionados à hierarquia social, fazer *parecer ser* pertencente a um nível sócio-econômico era tão importante quanto *pertencer* de fato a este. Graças a isto que se compreende o fato de existirem indivíduos que, a princípio, parecem deslocados do local em que estão sepultados: em se tratando de uma época em que a morte tinha uma importância considerável, comprar um jazigo que custasse mais do que seria sensato pagar era um hábito comum.

Refletindo-se sobre isto que se percebe o quão importante é compreender a Geografia Social da Morte desta época para se realmente entender o funcionamento e ocupação do cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. No capítulo que se segue trabalharei com a construção de uma planta representativa deste espaço em seus vinte primeiros meses de existência. O fato de não existirem croquis, imagens ou planos diretores da necrópole em seus primeiros anos só reforça a importância da feitura deste documento.

Capítulo 4

4.1 Geografia Social da Morte: A Planta do Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre nos anos de 1850 e 1851

De todos os cemitérios citados neste trabalho, o da Santa Casa é o único que se encontra desobstruído, em funcionamento, e inacessível a escavações arqueológicas. Embora esteja localizado na mesma região desde a sua inauguração, este passou por diversas reformas nos últimos 160 anos, sendo transformado à medida que a população da cidade e as exigências desta mudavam. No momento, prepara-se para a construção de novos nichos, de um crematório e de um cemitério-jardim, possibilitando novos usos para a necrópole centenária¹⁸⁰.

Outra característica que dificulta relacionar o cemitério presente na documentação do século XIX com o atual é a disparidade das nomenclaturas. A numeração das quadras, de 1 a 23, é uma criação atual, que não corresponde à divisão espacial de 1850. A numeração dos jazigos também não é mais a mesma desde, ao menos, 1882. O Relatório do Mordomo do Cemitério daquele ano informa à Mesa que novas cruzetas foram adquiridas para a numeração dos lotes, e que o código numérico foi reformado para abarcar as áreas recém inauguradas¹⁸¹.

Do mesmo modo, inexistem mapas, plantas ou desenhos esquemáticos que representem o cemitério como este era no momento de sua inauguração. A documentação iconográfica mais antiga deste tipo é referente ao primeiro plano diretor, bem mais atual. Deste modo, o único modo possível de se visualizar o espaço original é através das medidas presentes no Regimento de 1848 que informa também o local aproximado de algumas das estruturas.

Para resolver tal ausência me dedico neste capítulo a construir uma planta representativa de como o cemitério se apresentava em seus primeiros anos. Utilizo como base o Plano Diretor mais atual, de 2007, que, embora seja muito diferente do objetivo proposto, apresenta parte das estruturas originais – o antigo portão principal, de 1850, e as

¹⁸⁰ Plano Diretor do Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre, 2007. Arquiteta Mariane H. Schwarz.

¹⁸¹ Relatório de 1882 do Provedor José Ferreira dos Santos da Silva, à Mesa da Santa Casa. AHSCM.

catacumbas das irmandades, de 1866 – em seus locais. Preencho este “esqueleto” usando as informações tiradas dos Regimentos e Regulamentos.

Procurei demonstrar ao longo dos últimos três capítulos a importância vital que a localização dos jazigos dentro dos cemitérios ou das igrejas tinha para os grupos populacionais do período abordado. O local da sepultura, relacionado a outros elementos da paisagem funerária como altares, imagens de santos, portões, muros, etc, seria mais ou menos prestigioso, e este status estaria, em um primeiro momento, intimamente relacionado com o êxito da ascensão da alma aos Céus.

Em um segundo momento, quando a liturgia católica passou a tentar afastar a noção de que o espaço *ad sanctos* cooperava com a ressurreição, a localização das sepulturas foi adquirindo cada vez mais status social. Por exemplo, as catacumbas das igrejas, primeira espécie de estrutura intratemplo a ficar fora dos olhos dos fiéis, e longe dos pés dos santos, era restrita apenas aos mais ricos da população, que podiam pagar para ter os seus restos sepultados longe do solo.

O cemitério da Santa Casa, como primeira empresa portoalegrense a aderir às novas diretrizes ocidentais de higiene e mortalidade, trouxe para a população um novo mapa social do espaço funerário: pela primeira vez, desde que os primeiros colonos começaram a sepultar seus mortos nos terrenos da atual cidade, ricos e pobres, escravos e livres, católicos e não católicos seriam enterrados no mesmo espaço. Divisões territoriais existiram, claro, mas o mesmo cemitério estaria aberto a todos.

Tal fato, como apresentado no primeiro capítulo, não foi exclusividade de Porto Alegre. Praticamente todas as localidades cristãs do Ocidente, ao longo do final do século XVIII e meados do XIX passaram pela Reforma Cemiterial, expulsando seus mortos das igrejas e do centro das povoações e colocando-os em terrenos especialmente construídos para este fim nos arredores das cidades.

Em certos países, não foi uma tarefa simples. A crescente laicização do espaço mortuário a medida que o próprio espaço religioso se tornava hostil aos cadáveres, souo aos ouvidos de muitos como interferências seculares em assuntos religiosos. Os novos cemitérios de fato ficaram distantes da administração da igreja, e isto, no entender dos revoltosos, era uma ameaça a tudo aquilo que era creditado ao enterro *ad sanctos*: a ressurreição da alma e a boa morte.

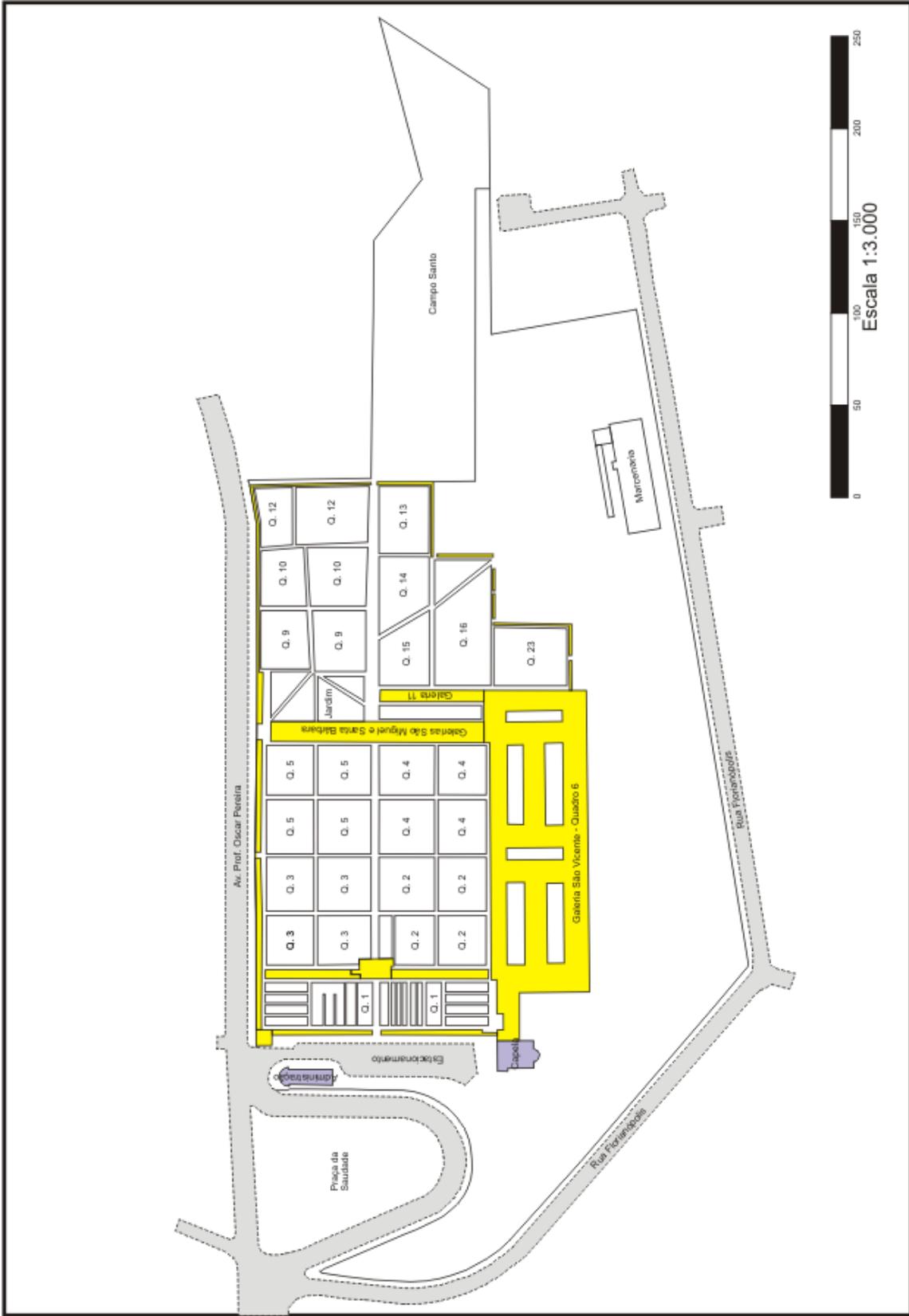


Figura 3: Situação atual do Cemitério da Santa Casa

Revoltas, em maior ou menor grau de violência, explodiram em Portugal e em Salvador (as mais famosas na bibliografia especializada). Porém, o mesmo contexto, em outros locais, foi tratado em brancas nuvens. A destruição do milenar cemitério dos Santos Inocentes, em Paris, onde os restos mortais de mais de um milhão de pessoas descansavam no local utilizado, sem interrupções, havia oito séculos, foi feita sem reclamações. Esta paz, segundo Thibaut-Payen, se deu porque a difusão das novas idéias ocorreu com o mesmo ritmo em todos os estratos sociais¹⁸².

Em Porto Alegre, a reação a destruição do cemitério no interior da Matriz, feita em 1814 sem a transladação dos ossos para o cemitério dos fundos, só veio à ocorrer décadas mais tarde, quando a igreja em si foi demolida para dar lugar a uma Catedral compatível com o tamanho da cidade:

*Ali naquele velho templo, augusto, viviam pelo menos cinquenta anos de minha existência, e eu via-o agora atacado e ferido pela picareta inconsistente do operário rústico, que nada conhece da vida da cidade antiga. E via arrancados àquela terra santa, e que fora cemitério, a enxadadas brutais, as ossadas de muitos dos nossos antepassados, que eram dali expulsos, como uma espécie nova e singular de despejo – como inquilinos que não pagam aluguéis de casa... Mais de uma hora fiquei, parado, olhando o velho templo, e derramando lágrimas...*¹⁸³

O lamento de Aquiles Porto Alegre, dedicado ao velho templo destruído na década de 1920 faz eco a uma manifestação publicada no jornal anti-clerical *A Reforma*, em 2 de julho de 1869, a respeito da construção do edifício da Cúria sobre o terreno do antigo cemitério do adro:

Pessoas que nos merecem inteira fé, informam-nos que nos terrenos junto ao seminário em construção encontram-se ossos humanos, que servem de divertimento aos rapazes que vão por ali vagar! Os nossos informantes viram não só caveiras e outros ossos, como o divertimento a que nos referimos. Só o Senhor Bispo que ali vai às tardes inspecionar suas obras, só os padres que o acompanham não têm olhos para verem aquela profanação! Levante-se o edifício do seminário, que importa os ossos humanos que lhe

¹⁸² Apud REIS, op. cit., pg. 86

¹⁸³ Aquiles Porto Alegre citado por TELLES, Leandro. *Crônicas das Ruas de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1971, vol. 1, pg. 84.

*servem de alicerce e que junto a ele branqueiam? Os olhos dos clérigos não os vêem: a luz que os esclarece concentra-se em outros interesses que dizem respeito à igreja. Se se tratasse de algum negócio jesuítico, de alguma questão ultramontana, de algum rendimento da secretaria do Bispo, os olhos clericais estariam abertos. Mas, ossos humanos, os padres não vêem! Que profanação!*¹⁸⁴

Ambas as reações se deram muito tempo após o fechamento dos cemitérios a que se referem, e dizem respeito mais a atitudes saudosistas (a de Aquiles) e a críticas às autoridades religiosas (d'A Reforma) do que atitudes anti-reforma cemiterial.

Pesquisei em todos os jornais das décadas de 1840, 1850 e 1860, gaúchos e porto-alegrenses, presentes no acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em busca de qualquer informação que me garantisse que houve revoltas ou movimentações sociais à época da transferência do cemitério para fora do núcleo urbano, e nada encontrei. Logo na introdução de sua tese Mara do Nascimento afirma “com segurança, que os porto-alegrenses não vivenciaram e, tão pouco, foram agentes provocadores de alguma revolta popular semelhante à que ocorreu em Salvador, no ano de 1836”¹⁸⁵. Reforço esta afirmação mas não com base nos mesmos dados que a autora.

Para a autora foi o fato de que os agentes que conduziam a morte dentro da cidade – as irmandades – ao manter este papel, com a diferença de que a da Misericórdia ascendeu enquanto a do Santíssimo Sacramento, a de São Miguel, a do Rosário, entre outras, ficavam em segundo plano, que facilitou a aceitação do novo modelo cemiterial por parte da população portoalegrense. A permanência dos velhos agentes, reinterpretados à luz das novas práticas trouxe a necrópole o ar de tradição e segurança.

Acredito, neste momento final da análise, que o papel das irmandades foi fundamental para a tradição funerária em Porto Alegre, tanto que os cemitérios, até pouco tempo, eram de exclusiva propriedade destas. Porém percebo que a necrópole da Santa Casa foi o palco de re-interpretação de um outro tipo de prática ancestral, e esta que trouxe a tranqüilidade necessária para que o empreendimento fosse inaugurado sem reações contrárias: a geografia social da morte implementada no novo cemitério foi, durante muito

¹⁸⁴ Apud NASCIMENTO, op. cit., pg 54

¹⁸⁵ NASCIMENTO, op. cit., pg. 19

tempo, um “recorta-e-cola” de todos os outros locais de enterramento que já foram abertos na cidade.

O contexto mortuário de Porto Alegre não deve ser completamente interpretado seguindo-se a bibliografia sobre o assunto, pois a cidade tem diversas particularidades que não são encontradas em outras localidades. A primeira delas é a longa duração que tiveram os cemitérios “de estâncias”, aqueles localizados nas proximidades porém não logo ao lado de capelas e igrejas; não murados; sem uniformidade nos túmulos; sem identificação senão uma cruz de pau. Os memorialistas sempre citaram o cemitério da Praia ou cemitério da Praça do Arsenal, dito como o primeiro local de enterramento branco na península, que abrigou desde os “homens de Jerônimo de Ornellas” da década de 1730 ou 1740 até os primeiros colonos açorianos da década de 1750. Nesta época que surge o segundo cemitério do crescente arraial, criado por Frei Faustino no Alto da Praia, nas proximidades da capela de São Francisco.

A cidade foi demarcada em 1772, mas a construção da igreja só teve início em 1794. Portanto o cemitério continuou a funcionar no Alto da Praia, no local da praça do “novo lugar”, até princípios da década de 1790. Na opinião de Mara do Nascimento, não se deve imaginar um adro demarcado já em 1772. Provavelmente o que existia no local da atual praça Marechal Deodoro era um terreno lamacento, com covas irregulares e sem identificação decente ou então uma grande cova comum para enterrar aqueles que falecessem antes da conclusão da Matriz. O diferencial deste cemitério sobre o seu antecessor era a presença do capelão, que agora podia administrar os últimos sacramentos, impedindo que os mortos não morressem em pecado¹⁸⁶.

Porto Alegre, portanto, só foi usufruir dos benefícios de um cemitério intra-templo (ou no adro deste) nos últimos cinco ou seis anos do século XVIII, o que, levando-se em consideração a interrupção dos enterros no corpo da igreja em 1814 dá a este cemitério uma duração de apenas duas décadas. Esta é a segunda particularidade.

Não se pode, portanto, atribuir à cidade uma longa tradição funerária *ad sanctos*, pois esta teve apenas o tempo de uma geração. O cemitério dos fundos da igreja, que começou a operar em sua máxima capacidade em 1814, deveria ser bastante semelhante ao

¹⁸⁶ Mara do Nascimento, comunicação pessoal, 26 de outubro de 2010.

cemitério da praça, com exceção de que neste momento já se tinha a presença das catacumbas, construídas no fundo do terreno, na proximidade da rua Fernando Machado.

Um quesito, no entanto, o cemitério dentro da igreja ajudou a criar e a incorporar aos hábitos mortuários da população: a noção de que o local de descanso eterno dos ossos era importante, tanto para a alma do falecido quanto para os vivos, lembrando que havia a crença de que uma alma que alcançasse os Céus interferia entre os santos e Cristo pela salvação daqueles que a auxiliaram a renascer. Logo uma boa morte – o que envolvia uma boa geografia da morte – era salutar para vivos e mortos.

É com esta noção em mente que se dividiu as zonas do cemitério do Alto da Azenha. Os portoalegrenses já estavam sendo enterrados e enterrando seus mortos havia 36 anos em um cemitério que já não era tanto intra-templo. Não creio – e as fontes embasam esta hipótese – que a abertura da nova necrópole distante de uma igreja (lembrando que a capela São Joaquim, templo do cemitério, só foi inaugurada em 1852) tenha incomodado. Afinal, o que era vital continuaria a funcionar no novo local: uma distribuição rígida do espaço funerário, entre os diferentes mortos.

Vejo os quatro locais de enterramentos constantes no primeiro Livro de Óbitos como releituras de espaços já conhecidos pela população. Têm-se as catacumbas (dos irmãos dos Passos e dos contribuintes da Misericórdia), as sepulturas (idem ao anterior), o Campo Santo e o extramuros. As catacumbas, como já apresentado no segundo capítulo, começaram a ser implementadas em Porto Alegre ainda durante o funcionamento do cemitério da Matriz, mas logo que se começou a respeitar a proibição real de enterramento dentro do templo. Era, no princípio, um local caro, reservado apenas para as elites.

As sepulturas, jazigos em contato com o solo, cobertos por uma laje de pedra, são uma mistura de dois locais de enterramento: aquele sob o piso da igreja, que iniciou a tradição de se colocar uma lápide sobre o corpo (embora naquela época esta não recebesse inscrições), e as covas cavadas no solo, que já existem há mais tempo. As campas dentro das igrejas, como já se disse, também eram locais nobres, mas mais acessíveis a outros estratos sociais.

O Campo Santo é uma releitura do adro das igrejas. Mara do Nascimento analisou os registros de óbito do adro da matriz e viu que este recebia majoritariamente soldados e pobres, além de alguns escravos. Pretos, pardos e demais não-brancos só entravam no

Campo Santo quando possuíam alforria, mas os pobres e os militares de baixa patente continuavam a ser o público alvo desta zona.

E, por último, tem-se o local menos prestigiado da necrópole, o terreno localizado do lado de fora de seus muros, e que recebia escravos e os praticantes de outras religiões. Não sendo um terreno santo era o pior destino que um cristão poderia ter. Enxergo-o claramente como uma apropriação direta do cemitério localizado nos fundos do hospital da Santa Casa, e que foi fechado durante a revolução farroupilha. A Misericórdia, em todo o país, tomava para si o cuidado dos indigentes, e o mesmo era feito quando estes morriam. Cláudia Rodrigues fala a respeito do cemitério da irmandade no Rio de Janeiro:

*Em 1696, a Irmandade da Misericórdia, em acordo com o governo, se comprometeu a dar sepultura aos escravos mediante pagamento pelos senhores de quatrocentos réis. (...)a Santa Casa de Misericórdia passou a dar sepultura [também] aos cadáveres dos despossuídos, dos indigentes, dos justicados...*¹⁸⁷

E nas atas da Mesa Administrativa da Santa Casa de Porto Alegre, no dia 28 de março de 1831 o irmão Luis Antonio da Silva informa aos colegas que o hospital não deveria enterrar os protestantes que morressem no hospital junto aos demais pacientes, e sim em covas “bastante profundas” cavadas em terreno anexo ao cemitério¹⁸⁸.

Com a crescente laicização dos serviços mortuários, dos quais os novos cemitérios eram parte importante, o local da cova começa a perder sua característica religiosa e salvacionista, pois novas estratégias começaram a ser difundidas pela igreja, que valorizavam mais o cuidado com a alma do que a manutenção do corpo morto. O mapa social do espaço funerário começa a se redefinir, mas em cima de pressupostos já existentes. Como os locais de maior importância dentro dos templos sempre foram reservados à elite social da povoação, por serem os únicos indivíduos capazes de pagarem o valor dos jazigos, o status sócio-econômico era diretamente proporcional ao simbolismo religioso dos túmulos.

Conhecer o status atrelado ao local de enterramento torna-se o mesmo que identificar a posição que um indivíduo lá enterrado ocupa na sociedade. Assim, a Mesa responsável por elaborar o Regimento do novo cemitério cria as diretrizes que colocam as

¹⁸⁷ RODRIGUES, op. cit., 1997, pg. 237

¹⁸⁸ ATAS, op. cit., 28/04/1831

catacumbas disponíveis para os contribuintes e para a Irmandade dos Passos, ou seja, a mais alta elite da cidade, e as sepulturas para o mesmo público, na região de maior destaque da necrópole: logo após o portão principal. Seriam os primeiros túmulos que qualquer um que adentrasse no cemitério veria. Talvez esta posição servisse também para que estes mortos fossem mais facilmente lembrados nas rezas, como aqueles que eram enterrados nas escadarias das igrejas desejavam.

Em segundo plano, mas ainda na região nobre, estavam as sepulturas e catacumbas para as demais irmandades; e aquelas para indivíduos e famílias que desejavam ter jazigos perpétuos, um luxo reservado a poucos. Estavam na segunda zona, da metade do cemitério até o seu portão dos fundos.

Do portão dos fundos até o fim do terreno se estendia o Campo Santo. Um local em que eram proibidas estruturas construídas sobre os túmulos. Os mortos de lá estavam em terreno santo, mas não seriam lembrados pela posteridade. Suas covas ficariam fechadas apenas pelo tempo necessário para a decomposição da carne, depois disso os ossos seriam removidos para o ossuário geral onde ficariam, sem identificação, até se tornarem pó¹⁸⁹.

Por último, fora dos muros que delimitavam a região nobre dos sepultamentos, o local dos protestantes e dos escravos. Cada categoria tinha o seu próprio “nicho”, delimitado por um muro alto, em solo não santificado. As covas tinham o mesmo caráter não permanente do Campo Santo, mas não sei que destino estes ossos teriam. Certamente não iriam para o ossuário. Um cemitério para escravos no Rio de Janeiro colonial tinham como prática incinerar os restos quando precisava abrir espaço para novas covas. É uma possibilidade que pode ser considerada.

A feitura da planta referente à situação do cemitério em 1850 e 1851 se justifica por estes dados. Entender que relação o local de enterramento tinha com a posição do indivíduo dentro da sociedade é uma das principais razões para se estudar as práticas funerárias deste período. Nestas condições, a produção de uma ferramenta que ilustre mais claramente as informações recolhidas das diversas fontes que compõem este trabalho é mais do que necessária.

¹⁸⁹ PEREIRA, Júlio César. *À flor da pele: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

Montei a planta traçando o contorno das estruturas existentes atualmente no cemitério sobre fotografia do Plano Diretor utilizando o *software* CorelDraw 12. A partir disto identifiquei as mesmas estruturas e, com base na documentação já citada, mantive aquelas que seriam referentes às existentes no século XIX. Pontuei, então, as diferentes zonas explicitadas acima.

Reforço a informação de que os dados presentes nos Regimentos não possibilitam a total certeza da localidade destes jazigos. Monto a dita planta tendo também como fonte a imaginação amparada na leitura da bibliografia. As dimensões do Campo Santo e do muro que separava o local de sepultamento dos protestantes e dos escravos não aparece na documentação. A própria localização deste espaço extra-muros é incerta. Localizei-a na região em que hoje se encontram as capelas para velório partindo da noção de que existiam jazigos naquela área, já no século XX, e que foram desapropriados pro ser uma área muito úmida. O que apresento a seguir é a minha interpretação dos dados e, como tal, está sujeita a discordâncias.

A primeira intenção que tive quando planejei a feitura desta planta era pontuar os 1030 túmulos presentes nos registros de óbito. Tal tarefa mostrou-se impraticável primeiramente pelo grande tempo que iria me tomar e, em segundo lugar, pela impossibilidade de se correlacionar os atuais números usados para identificar os lotes com os empregados naquela época. Abandonei esta idéia e o que apresento a seguir é um resultado de um trabalho que considero muito mais útil às pesquisas sobre práticas funerárias em Porto Alegre do que a proposta original que tinha em mente.

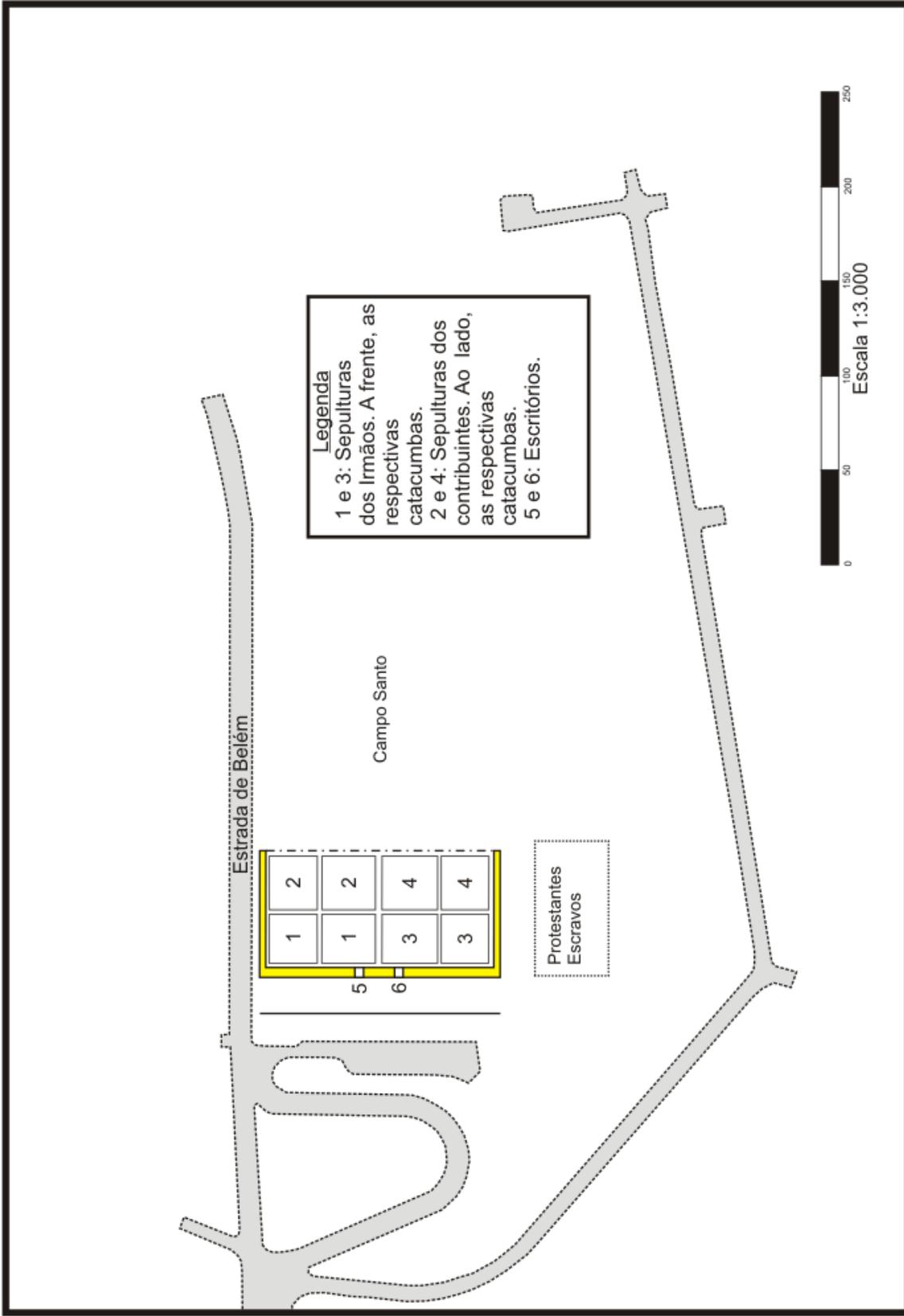


Figura 4: Simulação do Cemitério da Santa Casa em 1850

Conclusão

Na década de 1970 a igreja Matriz do município de Triunfo enviou ao Arquivo Histórico de Porto Alegre uma urna contendo os supostos restos mortais de Jerônimo de Ornellas. Acontecia àquela época o debate sobre a data da fundação de Porto Alegre, dividindo os historiadores entre a entrega da carta de sesmaria a Ornellas, em 1740, ou a elevação à freguesia, em 1773. Triunfo, cidade onde faleceu Ornellas, devolveu à Porto Alegre, em meio as celebrações de seu aniversário, os ossos de seu suposto fundador.

A Prefeitura de Porto Alegre, que já havia solicitado parecer do IHGRS sobre qual seria a data oficial do aniversário, pede aos historiadores do Instituto que pesquisem a autenticidade dos ossos. O documento, assinado pelo presidente perpétuo Adroaldo Mesquita da Costa, entregue ao Prefeito em 24 de junho de 1970, diz o seguinte:

(...) Conforme as mesmas pesquisas, constatei que os ossos das pessoas sepultadas, após uns poucos anos, eram desenterradas para ceder lugar a outros mortos e transportados para o lado da igreja e para debaixo do assoalho da capela-mor, onde se formou uma pequena montanha de ossos. Na única sepultura existente na capela-mor, além da do 1º Vigário Padre Tomaz Clarque, foram enterradas 10 pessoas, sendo Jerônimo de Ornellas um dos primeiros, e Antonio da Cunha Pacheco, o último.

Como a sepultura era única, só seria possível identificar os restos do último ali enterrado, visto que os dos anteriores teriam sido trasladados para o local referido, em baixo do assoalho da capela-mor. Assim sendo, os restos mortais encontrados (...) só poderão ser de Antonio da Cunha Pacheco, conforme ficou dito acima¹⁹⁰.

Telmo Thompson Flores, que desejava erigir um monumento para armazenar os restos do fundador, viu-se obrigado a retornar os ossos à Matriz de Triunfo.

A importância deste caso não está na possibilidade de quase terem sido colocados os restos mortais de outro indivíduo no monumento dedicado a um dos primeiros habitantes brancos da região de Porto Alegre, mas sim no caráter decisivo que teve a pesquisa de Mesquita da Costa, baseada principalmente nas práticas funerárias da Triunfo oitocentista.

¹⁹⁰ Site do AHPAMV, acessado em 08/11/2010. <http://ahpoa.blogspot.com/2010/08/o-caso-curioso-dos-ossos-de-jeronimo-de.html>

Provavelmente o historiador que descobriu os ossos na urna abaixo do altar-mor associou-os diretamente a Jerônimo de Ornellas por saber que aquele era um local de sepultamento de pessoas importantes na sociedade. Esta associação, local de destaque associado a indivíduos de vulto, é um dos lugares comuns das pesquisas sobre as práticas mortuárias antigas. Não devemos espelhar no passado tudo aquilo que entendemos que era praticado.

Tal análise rasa pode comprometer os resultados de uma pesquisa séria. O capítulo intitulado *O Cemitério e os enterramentos na Igreja Matriz de Santo Amaro*, publicado no recente livro “Santo Amaro: Arqueologia e Educação Patrimonial”, organizado pelos arqueólogos Sérgio Klamt e André Soares, relativo a pesquisas arqueológicas feitas recentemente no cemitério de uma igreja, percebem-se os problemas referentes a uma má leitura das fontes.

A equipe do CEPA/UNISC, durante escavações na igreja Matriz de Santo Amaro, localizou restos humanos sob o piso da igreja e do lado de fora do templo. Aqueles ossos sob o piso, alguns deles encontrados dentro de uma urna, foram identificados como pertencentes a pessoas ricas e importantes da sociedade santoamarense colonial. Os ossos encontrados soltos, no solo, foram identificados como desarticulados graças a reformas anteriores feitas na igreja. Tal conclusão é semelhante a encontrada por Cláudio Carle em escavações feitas em Porto Alegre, citadas no segundo capítulo deste trabalho.

Acredito que esta é uma hipótese a ser considerada, no entanto, não se pode ignorar as práticas de enterramento feitas na época. Os citados ossos foram encontrados no corpo da igreja, em uma região que não era ocupada por covas individuais, como já se viu anteriormente. A prática consistia em remexer o solo de antigos sepultamentos sempre que se precisava enterrar um novo corpo. O estado de desarticulação em que se encontram os ossos de cemitérios oitocentistas deve ser entendido, também, como um processo pós deposicional relacionado não há obras ou construções, mas sim ao trabalho dos antigos coveiros.

Quanto aos ossos encontrados do lado de fora da igreja, estes não receberam grande atenção dos pesquisadores. Foram fotografados *in situ* e reenterrados. A análise feita foi a seguinte:

(...)não podemos afirmar corretamente o período destes enterramentos. Eles podem ser dos primeiros moradores da Vila de Santo Amaro, antes mesmo da construção da igreja Matriz; ou serem referentes a pessoas não muito abastadas, falecidas no período posterior a 1787 [data de construção da igreja]; ou ainda, ser um cemitério recente, do final do século XIX e início do XX, contíguo a Igreja, como de costume nos pequenos povoados do interior.¹⁹¹

Considerar que os ossos localizados do lado de fora da igreja pertenciam a indivíduos sepultados antes da construção desta não tem embasamento teórico. Supor que são enterramentos do final do século XIX é desconsiderar totalmente a legislação régia e as modificações de caráter urbano e higiênico do período. A única hipótese legítima é a segunda. Os ossos provavelmente pertenciam a soldados, escravos ou pobres sepultados no local a que tinham direito: o adro da igreja matriz da povoação.

Este é um exemplo de pesquisa arqueológica recente cujo objeto de estudos foi a escavação de um cemitério branco colonial. A equipe LEPAN/FURG é outro exemplo, tendo escavado em 2008-2009 a Capilla do Taim e encontrado restos humanos em quantidade. O relatório ou os resultados prévios da análise ainda não foram publicados. Não é recorrente na arqueologia nacional a escavação de cemitérios, quanto mais cemitérios brancos. Estas duas recentes pesquisas podem indicar uma mudança nesta área.

Em ambos casos percebe-se claramente a importância que o local da sepultura tem para se compreender a identidade dos esqueletos lá sepultados. O mapa social do espaço funerário foi levado em consideração pelo historiador que analisou os restos da igreja de Triunfo, apontando, creio que acertadamente, a quem pertenciam os ossos. Para a arqueologia, acredito que a metodologia apresentada nesta monografia trás contribuições muito úteis.

Em sítios cemiteriais com a possibilidade de sofrerem intervenções arqueológicas – o que não é o caso do espaço aqui analisado – saber as diferentes realidades funerárias que podem ser encontradas é de vital importância para o planejamento dos trabalhos. O caso dos esqueletos localizados por Klamt no lado externo da igreja em Santo Amaro é ilustrativo: se não fosse o caso da igreja estar passando por reformas, o que justificava a

¹⁹¹ KLAMT, Sérgio et al. “O Cemitério e os enterramentos na Igreja Matriz de Santo Amaro” IN: KLAMT, Sérgio & SOARES, André (Orgs). *Santo Amaro: Arqueologia e Educação Patrimonial*. Santa Cruz do Sul: Editora UNISC, 2010, pg. 49

escavação de seu exterior, tais sepulturas seriam descobertas? Caso as práticas de enterramento oitocentistas fossem conhecidas pelo pesquisador responsável, o adro do templo certamente seria incluído como local passível de sofrer intervenções.

Dediquei-me a analisar o Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre por ser o mais antigo local de enterramento da cidade. Apesar de estar ainda em funcionamento – o que impede escavações – é a única necrópole das citadas nesta pesquisa que se encontra em excelente grau de preservação. Todos os outros locais – a Praia do Arsenal; a Praça Marechal Deodoro; o Adro da Matriz – sofreram transformações drásticas ao longo das décadas, tornando muito improvável a descoberta de estruturas funerárias intactas. Pode-se apenas imaginar, por meio dos relatos memorialistas, como estes locais eram quando serviam de ambiente mortuário.

O caso do adro da Matriz é bastante emblemático. Mara do Nascimento analisa a rápida decisão do Bispo Dom Sebastião em construir o Seminário nos locais do antigo cemitério. As obras se iniciaram em 1865, apenas 15 anos após a inauguração do extramuros. Para a autora, além das facilidades em se ter o Seminário Episcopal localizado logo nos fundos da principal igreja, a escolha do local pelo bispo também serviu para “passar uma borracha” em um passado, considerado pelo atual clero, como profano e cheio de elementos pagãos¹⁹². A Reforma Tridentina impôs sua maior marca na história de Porto Alegre quando construiu a escola para os futuros sacerdotes bem acima dos ossos de milhares de portoalegrenses.

A análise de um cemitério ainda em funcionamento se justifica, assim, por ser um dos últimos representantes de um período de transição, quando a morte deixava de ser algo familiar, que acontecia dentro da cidade, todos os dias, e se transforma em algo que causa asco aos vivos, devendo ser mantida a distância. A necrópole da Santa Casa pode não ter preservado seus traços originais que possuía no momento de sua abertura, mas manteve de pé estruturas que permitem a recriação daquele momento de 1850.

O estudo do modo como se sepultavam os mortos de Porto Alegre, neste momento de assentamento das novas práticas funerárias, através da construção e análise de uma planta baixa representativa da necrópole, permite vislumbrar um passado que só está

¹⁹² NASCIMENTO, op. cit., pg. 53

disponível a partir dos documentos escritos. Creio que a elaboração deste mapa é uma contribuição de valor para os estudos cemiteriais em Porto Alegre.

Fontes

Impressas

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Relatório do Presidente da Província, 01/03/1846. Disponível no site www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, 1º de outubro de 1850. Disponível no site www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia (AHSCM)

Cópia do Regimento para o Cemitério da Cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia de Cláudio Dubreuil, 1849.

Plano Diretor do Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre, 2007. Arquiteta Mariane H. Schwarz.

Regulamento do Cemitério da Cidade de Porto Alegre, aprovado pela Lei Provincial n. 1873 de 18 de junho de 1889. Porto Alegre: Typographia da Livraria Americana, 1889.

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC)

Jornal Correio do Sul. 28/10/1852

Manuscritas

Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia (AHSCM)

Atas da Mesa Administrativa da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. 28/04/1831; 22/02/1835; 11/09/1845; 16/09/1845; 11/01/1846; 17/05/1846; 07/04/1847; 30/08/1847; 10/01/1848; 25/08/1849; 14/01/1850; 14/04/1850; 20/05/1852.

Relatório de 1882 do Provedor José Ferreira dos Santos da Silva, à Mesa da Santa Casa.

Livro 1º de Óbitos Livres (5/04/1850 – 29/12/1851).

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV)

Comissão de Construção e Melhoramentos do Município, Caixa 7. 30/07/1848; 10/04/1850; 16/04/1850; 23/08/1850.

Comissão de Construção e Melhoramentos do Município, Caixa 8. 05/05/1854; 03/11/1860.

Bibliografia

ANTUNES, De Paranhos. *Porto Alegre no século XVIII*. In: Anais do III congresso Rio-Grandense de História e Geografia. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940.

ARIÈS, Phillipe. *História da morte no Occidente – da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.) *Cemitérios do Rio Grande do Sul: Arte, sociedade, ideologia*. 2.º Edição. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

CARLE, Cláudio. *Relatório de acompanhamento arqueológico da implantação da rede subterrânea com extensão 540m, em espaço urbano no município de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: SMC/MJF, nov. 2004.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-Riograndense*. Porto Alegre: Of. Graf. Da Liv. Do Globo, 1937.

CATROGA, Fernando. *Morte romântica e religiosidade cívica*. In: MATTOSO, J. (Dir.) *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

CÔRREA, Ernani. *Evolução arquitetônica de Porto Alegre*. IN: Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940.

CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *Antigualhas – Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: ERUS, 1983.

CORUJA FILHO, Sebastião Leão. *Datas Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Divisão de Cultura, Secretaria da Educação e Cultura, 1962.

CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos Vivos*. São Paulo: Annablume, 2002.

DAMASCENO, Athos. *Salão, Palco e Picadeiroem Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1956.

_____. *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1971.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 1988.

_____. *Santa Casa 200 Anos – Caridade e Ciência*. Porto Alegre: Editora da ISCMPA, 2003.

FORTINI, Archymedes. *Porto Alegre através dos tempos*. Porto Alegre: Divisão de Cultura, 1962.

KLAMT, Sérgio et al. “O Cemitério e os enterramentos na Igreja Matriz de Santo Amaro” IN: KLAMT, Sérgio & SOARES, André (Orgs). *Santo Amaro: Arqueologia e Educação Patrimonial*. Santa Cruz do Sul: Editora UNISC, 2010.

LIMA, Tânia Andrade. *De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: A representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX*. IN: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. São Paulo: USP, 1994, vol. 2 n.º1

MACEDO, Francisco Riopardense. *Porto Alegre – Origem e Crescimento*. Porto Alegre: Edição Sulina, 1968.

_____. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

MAZERON, Gaston Hasslocher. *Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1943.

NASCIMENTO, Mara. *Irmandade Leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana séculos XVIII-XIX*. Tese de doutoramento, UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, Alberto de. *Um estudo em arqueologia urbana: A Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado, PUCRS, março/2005.

OLIVEIRA, Clóvis de. *Porto Alegre – A cidade e sua formação*. Porto Alegre: Ed. Graf. Metrópole, 1993.

PEREIRA, Júlio César. *À flor da pele: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coor.) *Memória Porto Alegre – Espaços e Vivências*. 2º Edição. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

PORTO ALEGRE, Augusto. *A Fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SMC, 1997.

_____. *Nas fronteiras do Além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos – A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UNB, 1981.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Rio de Janeiro: Ariel Ed. LTDA, 1935.

SORIO, Livia. *Cemitérios da Província: História e arte cemiterial em Porto Alegre*. Porto Alegre: Edição do autor, 2009.

SCHMITT, Juliana. *Mortes Vitorianas: Corpos, luto e vestuário*. São Paulo: Alameda, 2010.

TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. Dissertação de mestrado, UNISINOS, 2007.

TELLES, Leandro. *Crônicas das Ruas de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1971, vol. 1.